



PLANO TRIENAL 2014 - 2016

Nome da organização	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Endereço	Rua das Palmeiras, 90 – Casa - Botafogo Rio de Janeiro - RJ
Pessoa de contato	Letícia Rangel Tura
Correio eletrônico	fase@fase.org.br , leticia@fase.org.br
Fax	55-xx-21-2536-7379

1. Introdução

O plano trienal ora apresentado procura avançar no sentido da integração das causas da FASE¹ (ver anexo sobre as Causas da FASE), que dão substância aos seus componentes, são elas: 1) Direito a Cidade com Justiça Socioambiental; 2) Promoção da Soberania, da Segurança alimentar e nutricional e da Agroecologia; 3) Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais; e 4) Organização das mulheres como sujeitos de direitos. Nesse sentido, o novo plano mantém e aprofunda a opção pela integração dos acúmulos programáticos da FASE e pela concentração de forças através de uma estrutura mais enxuta, já iniciada no triênio anterior. No programa trienal 2014-2016, não serão mantidos os programas nacionais que estruturavam a intervenção nacional da FASE no triênio anterior.

Como causas da FASE, elegemos aqueles eixos da nossa intervenção que correspondem às principais formas como o avassalador processo “neodesenvolvimentista” impacta, de maneira diferenciada, os diversos sujeitos sociais populares com os quais a FASE trabalha. Essas causas foram identificadas pelo seu poder de mobilização no atual período, expressam concretamente aquilo que a FASE defende, são assumidas por determinados sujeitos de direitos, correspondem a campos específicos de políticas públicas e se materializam na metodologia da FASE. Assim, para o próximo triênio, a FASE se estruturará a partir dessas causas, se organizando da seguinte forma.

Perfil e Estrutura Institucional da Fase

a) Unidades operacionais

Programas regionais

O novo plano favorece a integração programática nacional para avançar, de um lado, na inovação das CAUSAS NACIONAIS e, de outro lado, na consolidação dos principais acúmulos / singularidades das heranças das atuais unidades, sejam os Programas Nacionais, Núcleo nacional (NJAD), Fundos, GT Gênero, ou os Programas Regionais. Essa opção foi feita com o objetivo de aprimorar a capacidade de

articulação local-nacional-internacional da FASE e romper com a divisão programática rural / urbano e social / ambiental. A integração das causas da FASE se materializa através da relação matricial com os seis programas regionais (mantendo-se a presença da FASE no Pará / Amazônia, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro).

Grupo de Assessoria Nacional

Este plano atende à exigência de rever e reorganizar as estruturas nacionais de modo a ser compatível com uma realidade material mais limitada, mas, principalmente visando fortalecer o processo de integração programático na FASE. Nesse sentido, o Grupo de Assessoria Nacional é uma unidade operacional da FASE, constituído a partir da integração das assessorias dos extintos programas nacionais e da equipe do antigo núcleo de justiça ambiental e direitos, dela fazendo parte também o assessor da diretoria. Com tal composição, e integrando pessoas com diferentes trajetórias, tal equipe conservará necessariamente um relativo hibridismo, combinando os seus integrantes, em diversas proporções, a dedicação a intervenções externas e ação voltada para dentro da FASE (assessoria às diversas unidades da FASE). Caberá à Diretoria Executiva (DIREX) o papel de orientação desse Grupo de Assessoria Nacional, por meio de uma agenda nacional de diálogos e de intervenção no espaço público.

Atribuições da assessoria:

- Interpelar o conjunto da FASE sobre novas questões, bem como sobre as dimensões programáticas, articulando nacionalmente as causas e acúmulos regionais.
- Combinar a intervenção no espaço público com a disponibilidade para o trabalho interno, assegurando flexibilidade e mudanças de acordo com o perfil da assessoria;
- Apoiar o papel de representação da diretoria executiva, bem como representar a FASE quando lhe for delegada e acordada coletivamente tal função;
- Construir e implementar coletivamente seu próprio plano de ação de atuação nacional e internacional.
- Contribuir para as iniciativas de captação de recursos do conjunto da FASE.

Fundos de Pequenos Projetos SAAP e Fundo Dema

A par de sua intervenção direta, a FASE continuará a desenvolver seu trabalho de apoio a grupos/projetos através do SAAP – com atuação em âmbito nacional – e do Fundo Dema que concentra a sua atuação no Oeste do Pará.

a) Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP). O SAAP passou nos últimos anos por mudanças no seu perfil que se caracterizam pela ampliação do escopo da sua atuação para além da sua caracterização como um setor de serviços. No entanto, o SAAP continua realizando com proficiência serviços como a gestão de fundos para pequenos projetos, e desenvolvendo novas formas de intervenção direta em sintonia com as causas da FASE e, por vezes, com caráter inovador, como ocorreu em relação ao trabalho com juventude.

b) Fundo Dema. Completando dez anos de funcionamento efetivo no sentido de apoio aos povos da floresta amazônica brasileira, O Fundo Dema concentra-se ainda numa área de grande tensão no Estado do Pará, na afluição dos rios Xingu e Amazonas. A FASE é responsável jurídica e política, mas as organizações que participam do Conselho Gestor do Fundo constituem o núcleo do processo decisório. A FASE ocupa em caráter permanente a presidência

do Fundo Dema. O Fundo Dema não será financiado pelo projeto ora apresentado a Pão para o Mundo.

Setor de Comunicação.

O plano trienal 2014-2016 reafirma o papel da Comunicação como espaço para atividade técnica e também política, não se reduzindo a um lugar da produção e reprodução de conteúdos de caráter meramente institucionais, que contribuem pouco para uma leitura clara sobre o que faz a FASE e o contexto socioambiental e político da nossa atuação. Nesse sentido o setor de comunicação passa a apoiar as ações de comunicação de fóruns e redes dos quais a FASE é parte. Entendemos que as ações da comunicação devem, em forma e conteúdo, explorar a leitura global do trabalho da FASE e as interlocuções possíveis em cada área. Os instrumentos da comunicação são os mesmos do trienal anterior. Enumeramos: sítio eletrônico, boletim eletrônico, redes sociais tais como Twitter, e Facebook, biblioteca virtual revista Proposta, materiais de propaganda (folder, banner, etc virtual ou não), cartilhas e livros – em geral organizados pelas unidades, mas na medida das solicitações, com colaboração da comunicação para elaboração e distribuição. Os instrumentos de comunicação deverão ser repensados no contexto interno de integração temática.

Unidade de Planejamento (UNIP)

Sediada no Rio de Janeiro, a unidade é responsável (i) junto com a Direção Executiva (DIREX), pela coordenação do ciclo de PMA institucional, tendo como referência a missão da FASE e os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Institucional e assegurar que as etapas e o encadeamento entre o proposto e o que está de fato sendo realizado sejam garantidos, além de encaminhar a DIREX os desvios neste processo e suas alterações. E, (ii) do relacionamento com parceiros externos nacionais e internacionais que incluem: 1) a elaboração de relatórios institucionais, 2) a elaboração orçamentária institucional, apresentação e seu acompanhamento, 3) a apresentação do plano de trabalho trienal e anual da instituição, 4) o fornecimento de informações institucionais.

Administração Centralizada

A gestão administrativa e financeira-contábil da FASE está centralizada na sede nacional. É responsável pelos procedimentos administrativos e financeiros institucionais, bem como do controle orçamentário e aspectos funcionais da organização. A centralização permite (i) responder às exigências legais, fiscais e decorrentes de convênios pela a única pessoa jurídica da FASE, e (ii) aliviar as unidades dispersas pelo território nacional do pesado ônus de terem de responder às inúmeras e difíceis demandas da legislação. A gestão administrativa e financeira é exercida de modo a: (i) conferir aos seus órgãos dirigentes condições de segurança e de pleno exercício de suas responsabilidades legais; (ii) garantir o exato cumprimento das exigências trabalhistas e fiscais e das cláusulas dos convênios de cooperação firmados com órgãos do governo brasileiro e com agências sediadas no exterior.

b) Instâncias decisórias e órgãos auxiliares da direção

As instâncias decisórias – conforme o Estatuto e o Regimento Interno – são a Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva (instância decisória de gestão executiva).

Diretoria Executiva

Foi mantida a atual composição da diretoria, com **dois** diretores (as), sendo um(a) diretor(a) executivo(a) nacional e um(a) diretor(a) executivo(a) nacional adjunto(a). Os dois diretores acumulam a supervisão direta das unidades nacionais. A diretoria será apoiada por um colegiado de

gestão. A proposta prevê ainda a existência de um assessor da diretoria executiva, que participará do Grupo de Assessoria Nacional.

O papel da direção se altera bastante no desenho proposto. Os diretores serão confrontados com exigências ampliadas em relação à sustentação da FASE, além de uma necessidade natural de não se desvincularem dos acúmulos programáticos.

A representação institucional externa é uma função da diretoria executiva que precisa ser reforçada no próximo triênio. Para tanto, a direção da FASE precisa ser liberada de quaisquer funções típicas de assessoria e que devem ser assumidas por esta, no contexto de maior integração da agenda política da FASE.

Coordenação Executiva Nacional (CEN)

A Coordenação Executiva Nacional (CEN) é formalmente uma instância consultiva (criada por decisão do Conselho Deliberativo), mas desde a sua criação tem sido o espaço privilegiado para a tomada de decisões sobre as diretrizes do trabalho da FASE (Planos Trienais, diretrizes orçamentárias e para o enfrentamento das crises, etc.). Dela fazem parte os diretores executivos, o gerente, os coordenadores(as) dos programas regionais e do grupo nacional de assessoria, e a coordenadora do SAAP.

Colegiado de Gestão Ampliada (CGA)

O CGA é um órgão auxiliar da Diretoria Executiva, com caráter consultivo e atuação operacional no dia a dia da gestão institucional. Sua composição é a seguinte: os dois diretores executivos, coordenadores(as) da UNIP, do SAAP e do Grupo de Assessoria Nacional. Dependendo da pauta das reuniões, haverá uma participação ampliada do grupo de assessoria.

Coletivo de articulação das causas nacionais e agenda política

Este coletivo visa a aprofundar a relação das estruturas nacionais com os regionais, sem perder de vista sua autonomia e escolhas próprias. A composição deste coletivo será definida “ad hoc” em cada caso, visando a articulação das causas nacionais com a intervenção dos programas regionais nos respectivos territórios de atuação.

2. Breve resumo sobre os objetivos alcançados e as lições aprendidas no projeto atual

O trienal 2010-2013 representou um período de aprofundamento das diretrizes programáticas da FASE, de alargamento da compreensão das questões que historicamente a entidade trabalha, em seus múltiplos e diversos territórios e, portanto, feita de maneira a acolher as diferenças de percepções e de organização política dos parceiros com os quais atuamos. Ao mesmo tempo, durante este trienal enfrentamos alguns desafios importantes: i) a necessidade de maior estreitamento das ações das diversas unidades programáticas e regionais da FASE em meio a um contexto político e econômico do país muito adverso, e ii) o aprofundamento e coesão de nossas diferentes formas de incidência sobre o debate e os rumos do modelo de desenvolvimento brasileiro.

No campo da reforma urbana e do direito à cidade – ainda neste trienal estruturado como unidade programática Programa Nacional Direito à Cidade/PNDC - os objetivos alcançados podem ser divididos em três dimensões: i) aprofundamento dos debates sobre a relação entre o modelo de desenvolvimento nacional e o modelo de desenvolvimento urbano (o que tem gerado novas referências

programáticas para dentro e para fora da FASE); ii) a incidência em políticas públicas (a exemplo da elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico/PLANSAB, que neste momento está aguardando a aprovação da Presidenta Dilma Rouseff) e conselhos setoriais (especialmente nos conselhos estaduais das Cidades, Pernambuco e Pará, e no Conselho Nacional das Cidades, que desenvolvemos iniciativas de elaboração, controle e monitoramento das principais políticas para as cidades); e por fim, iii) processos de resistência nos territórios em situação de violação do direito à cidade, que tem possibilitado a FASE a atuar na proteção direta de famílias em ameaçadas de remoção nas cidades.

Desde o trienal anterior (2008-2010), avaliamos que os processos em curso nas cidades brasileiras tiveram uma mudança substantiva, o que demandou uma ação de outra qualidade que se soma ao trabalho de acompanhamento de redes e fóruns, assim como o trabalho de formação política com grupos e movimentos sociais mais estruturados e caudatários das lutas pela reforma urbana ou por demandas setoriais (saneamento, moradia, transporte, por exemplo). Esta avaliação consubstancia-se também numa avaliação do contexto de transformações por que passam as cidades brasileiras e dos sujeitos políticos que nele atuam, com ênfase para o último período, mais precisamente desde o começo do governo Lula, em 2003, adentrando o governo Dilma.

De modo particular, tem sido essencial o acompanhamento realizado aos processos de resistência das populações impactadas pelas ações nos territórios urbanos, em especial os megaeventos no Rio de Janeiro e no Recife, entendidos nesta chave como um processo no conjunto da política de desenvolvimento do país. De nossa perspectiva é essencial para o debate sobre os rumos do desenvolvimento do país, uma leitura de como os setores populares estão impactados por estas novas transformações territoriais urbanas, assim como a sua intervenção crítica, organização e mobilização neste processo.

Nossa estratégia de acompanhamento dos sujeitos políticos urbanos direcionou-se a priorização de atuação conjunta com redes e fóruns de movimentos estreitamente vinculados aos conflitos urbanos nas cidades de Recife, de Belém e do Rio de Janeiro. Tanto do ponto de vista da justeza das suas reivindicações e do grau de violação que os moradores destas áreas vêm vivendo, quanto no horizonte estratégico do Programa, dado que estes movimentos dialogam diretamente com a agenda urbana que o PNDC vem construindo ao longo do trienal. Neste sentido, foi acertada a agenda de trabalho e de ações vinculadas aos fóruns regionais de reforma urbana (Pernambuco e Pará) e, sobretudo junto aos comitês populares da Copa (Recife e Rio de Janeiro) e ao Fórum Comunitário do Porto (RJ). Além da realização de reuniões e plenárias num contexto de violência urbana crescente, a FASE tem contribuído para realizar ações de comunicação e visibilidade públicas, como a criação e o gerenciamento dos instrumentos de comunicação (blogs, boletins, etc) desses comitês populares (Rio de Janeiro e Recife) onde são postadas notícias do Comitê, a agenda de atividades, depoimentos e reportagens relacionados aos megaeventos. Fotos e vídeos-denúncia também são postados como forma de publicizar com imagens as situações críticas de violações, além de depoimentos que ilustram a situação das comunidades impactadas.

Foram realizadas diversas capacitações, formações e assessoria com ênfase na formulação de planos municipais, sustentabilidade ambiental, habitação de interesse social, gênero e direito a cidade, dentre outros. Com isso, 6.015 (4.163 mulheres) lideranças de movimentos sociais urbanos, conselheiros (as) municipais, agentes sociais e dirigentes de organizações foram capacitados entre 2011 e 2012, e estão mais atentos quanto aos efeitos da dinâmica atual das políticas públicas e da gestão local sobre as populações urbanas mais vulneráveis, o que tem significado também mais qualificação para intervir nos espaços de discussão de políticas públicas no Recife, Rio de Janeiro e no Pará. De modo especial,

queremos destacar que 90 jovens (43 mulheres e 47 homens) envolvidos em atividades de formação promovidas pela FASE sobre juventude e direitos, estão participando de comitês e coletivos juvenis e intervindo em políticas públicas para as juventudes em Recife, Belém e Rio de Janeiro.

No que diz respeito à incidência nas políticas públicas, destacamos um conjunto de atividade que busca articular no campo política no qual a FASE atua, os diversos sujeitos e suas demandas, visando garantir o caráter universal e democrático destas políticas. No Pará, por exemplo, a elaboração de planos municipais de habitação, acompanhados pela FASE têm beneficiado milhares de famílias. Projetos de Habitação de Interesse Social naquele estado tem beneficiado 16.136 famílias, por meio da construção de unidades habitacionais; 2.024 famílias, por meio da melhoria e/ou ampliação de moradias; 24.196 famílias, com a cessão de títulos de regularização fundiária; e a urbanização alcançou 27.190 famílias.

Em 2012, em parceria com a Companhia de Habitação (COHAB) e Universidade Federal do Pará (UFPA), a FASE assessorou a elaboração de 20 Planos Municipais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) no Pará para municípios com menos de 50 mil habitantes, em 09 regiões do estado, através da capacitação dos agentes municipais em elaboração e implementação de PLHIS. Alcançou, desta forma, uma população de 496.352 habitantes.

Em Pernambuco, numa iniciativa pioneira envolvendo parceiros da sociedade civil e de governo (Caixa Economica Federal/CEF), foram entregues as chaves das 20 primeiras casas do Conjunto Habitacional das Mulheres Raspadeiras de Mandioca, em Feira Nova-PE. Até final de 2013 está prevista a entrega de mais oitenta casas. Por outro lado, numa iniciativa desafiadora de formação e capacitação de organizações de mulheres e de uma rede de ONGs de Pernambuco, a FASE, através de uma parceria com a Secretaria estadual da Mulher (SecMulher) não só passou a coordenar a gestão política e metodológica das ações o Projeto, como também realizou uma cobertura direta de acompanhamento a 2.975 mulheres pescadoras artesanais passaram no estado.

No Rio de Janeiro, as atividades de controle social e monitoramento do PAC abrangendo os municípios da Baixada Fluminense e dois bairros da cidade do Rio de Janeiro, alcançaram 5.096 pessoas diretamente de junho de 2008 a dezembro de 2011¹, com o propósito de reduzir as enchentes nos municípios e bairros localizados na bacia do Rio Iguaçu, Botas e Sarapuí - Baixada Fluminense. Os resultados das obras foram positivos do ponto de vista de redução dos casos de poluição na Bacia, bem como na melhoria da saúde ambiental daquelas áreas. A ocorrência de enchentes reduziu significativamente, trechos das margens dos rios foram urbanizados, equipamentos e mobiliários urbanos foram alocados para o uso da população etc. Além do mais, essas ações alteraram positivamente a paisagem urbana e o bem-estar das famílias.

No campo da agroecologia e da segurança e soberania alimentar, a FASE atuou durante este trienal de forma mais direcionada por meio do Programa Nacional de Agroecologia e Economia Solidária, como unidade programática.

Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) por meio de decreto nº 7.794 publicado no Diário da União, e constituída a Comissão Nacional da PNAPO (CNAPO). Sua construção é fruto de várias dinâmicas de mobilização, articulação, negociação acumuladas nos últimos anos em vários espaços dos quais a FASE participou ativamente, quer na função de coordenação no âmbito nacional, quer nas ações de formação e mobilização no plano

¹ Infelizmente, após 2011 não foi possível dar continuidade a esta ação, em função da não renovação do projeto que apoia esta ação.

regional: II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2006; IV Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2011; Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre várias redes e fóruns de agroecologia, justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária, feminismo, liderado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2011.

A concretização da proposta da política ganhou maior densidade e celeridade, a partir de 2011, com as primeiras audiências no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com representantes de movimentos sociais e o Núcleo Executivo da ANA, sendo a FASE uma das entidades que o integra. Seminários Nacionais e regionais que se sucederam para a elaboração dos objetivos, diretrizes e prioridades de ação, bem como para a definição do seu formato institucional foram realizados com a participação de técnicos e técnicas da FASE, com inserção nacional e regional. Em 2012, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) debateu e validou a proposta contribuindo para reafirmar sua importância em interação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

É um acúmulo político a ser valorizado pelo alto grau de convergência alcançado entre os movimentos sociais. É evidente, porém, a clivagem entre a perspectiva das organizações que integram a ANA e a visão hegemônica no governo federal, que entende a agroecologia mais propriamente como um segmento de mercado, sem retomar a proposta da reforma agrária, a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, dentre outras.

O processo de construção da proposta dessa política está ancorado também nas práticas sociais de promoção da agroecologia, onde se incluem ações apoiadas pela FASE. Atualmente, cerca de 5.000 famílias de agricultores familiares, camponeses assentados e extrativistas tem práticas de diversificação da produção no conjunto das áreas de atuação da FASE. Algumas dessas famílias comercializam seus produtos em mercados locais, como feiras e eventos, e institucionalmente via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São diferentes propostas que correspondem às características dos ecossistemas e suas populações.

No Mato Grosso, já são 150 famílias, que comercializam frutos do cerrado processados (amêndoa do cumbaru, mesocarpo do babaçu) e hortaliças no mercado institucional, com um acréscimo de 30% por terem o selo de controle social como produtos agroecológicos, depois de intenso processo de formação e articulação. São cerca de 600 toneladas de alimentos beneficiando 4.000 alunos de escolas públicas. No Espírito Santo, são comunidades quilombolas fazendo a conversão agroecológica de áreas de monocultura do eucalipto reconquistadas, e vendendo seus produtos em feiras locais, com o apoio de fundos rotativos de iniciativa do Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) da FASE. Como resultado da pressão da Comissão Quilombola foi aprovado o Decreto Estadual regulamentando a emissão de bloco de notas para comercialização de mercadorias produzidas pelos quilombolas. Na Bahia, são cerca de 240 jovens agentes multiplicadores agricultores familiares com sistemas diversificados implantados, com uma forte mobilização das mulheres, que correspondem a mais de 50%, e também várias iniciativas associativas como viveiro de mudas e outros. Na Amazonia, no Pará, cerca de 500 famílias associadas às cooperativas de agricultores familiares do Baixo Tocantins e Nordeste Paraense foram beneficiadas com a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes de Oleaginosas, como o murumuru e outras.

A influência nas políticas públicas ocorre na articulação dos processos regionais e nacionais. No âmbito do acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE), a FASE participa de instancias de monitoramento e controle social, como no caso do Grupo Consultivo do PNAE, ainda em vigência, e do

PAA, até o ano 2011, buscando divulgar informações, propor normativas. Como exemplo citamos: o debate em curso sobre garantia de recursos para a logística das organizações econômicas adequação do instrumento de acesso a essas políticas, especialmente para as mulheres e comunidades tradicionais e a conquista de definição de percentual de recursos para o acesso pelas mulheres. No tocante à política de Assistência Técnica (ATER), a experiência de participação da FASE em editais de Chamadas Públicas no Mato Grosso e Bahia, resultou em formulação de críticas e novas propostas para a Chamada de Agroecologia que será lançada ainda este ano e também para mudanças dessa política no âmbito do governo estadual da Bahia, em relação ao formato institucional e concepção metodológica.

A presidência do CONSEA foi assumida por Maria Emilia Pacheco, em 2012, assessora do Programa Nacional Direto à Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária da Fase, indicada pelo Forum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)².

Nesse primeiro ano da nova gestão, o CONSEA inovou sua estratégia com a realização de mesa de controvérsia sobre o impacto dos agrotóxicos na Segurança Alimentar e Nutricional de forma intersetorial, formulando uma proposta de Plano Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos, encaminhada ao governo e aguardando resposta. A FASE tem contribuído ativamente, pois integra a coordenação nacional da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, com ações de formação e mobilização no Mato Grosso, Bahia e Espírito Santo. Destaca-se, sobretudo, o trabalho de monitoramento sobre os impactos dos agrotóxicos no estado do Mato Grosso, e a parceria da equipe com universidade e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) na elaboração de dossiês com forte impacto no plano regional e nacional. A capacidade de monitoramento das políticas pelo Consea e a contribuição com propostas foram avaliadas, ao final do ano, respectivamente como boa por 61,54% e ótima para 57%, enquanto a atuação da presidência foi avaliada como ótima por 71,05% e boa por 28,95% dos(as) conselheiros(as).

Neste trienal, a FASE deu início a um processo de articulação no campo internacional, com organizações africanas, através da inserção do FBSSAN na Rede Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – REDSAN-CPLP. Em Maputo, por ocasião da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a REDSAN realizou duas reuniões de trabalho, tendo sido construída uma proposta de plano de trabalho para 2012. A FASE participou destas reuniões representando o FBSSAN e o CONSEA. A rede irá priorizar a troca de experiências de articulação e mobilização entre as redes nacionais de SAN, o monitoramento da estratégia de SAN recentemente aprovada pela CPLP, com a criação do Conselho Regional de SAN e o apoio à estruturação do Fórum de Mulheres Rurais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A realização da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental³, durante a Conferência da Rio+20, em 2012, organizada de forma independente pela sociedade civil, mostrou-se um momento de importantes conquistas políticas. O campo político que se articulou em torno da construção da Cúpula ganhou visibilidade junto à sociedade a partir de uma agenda crítica à economia verde e à mercantilização e financeirização da natureza. A Cúpula atingiu seu objetivo ao elaborar, em cada um dos cinco temas das plenárias, avaliações comuns e uma agenda conjunta para o próximo período, apostando na construção de convergências. Para isto, a metodologia (temas agregadores, plenárias, assembleias) foi fundamental, garantindo a pluralidade e a diversidade presentes nas atividades autogestionadas e, ao mesmo tempo, combinando-as com momentos de análise, construção de lutas e

² Maria Emilia tomou posse, no dia 17/04/2012.

³ <http://cupuladospovos.org.br>

propostas comuns. Este pode ser considerado um salto de qualidade em relação ao Fórum Global de 92, quando os debates (das mulheres, dos agricultores, dos ambientalistas, dos cidadãos por direito à cidade) se organizavam de modo setorial e temático. O papel central da FASE na construção da Cúpula é amplamente reconhecido pelos atores nela envolvidos. O conceito de Justiça Ambiental, adotado no nome da Cúpula, partiu de elaboração e proposta da FASE. A FASE atuou como mediadora, articuladora e negociadora entre as distintas forças sociais envolvidas ao longo de quase dois anos de preparação. Também atuou como instituição responsável pela administração de recursos de apoiadores internacionais. Negociou, junto com outros parceiros, com instituições públicas o apoio nacional ao evento. Escreveu inúmeros artigos e concedeu entrevistas diversas para as mídias de massas e alternativas. A FASE avalia que a Cúpula foi muito bem sucedida na disputa de opinião pública, o que acabou por produzir impactos na dinâmica, agenda e resultados da conferência oficial.

A elaboração pelo Núcleo Justiça Ambiental e Direitos (NJAD) da Fase de uma reflexão crítica sobre a expansão dos investimentos e da cooperação brasileira em territórios africanos através de um mapeamento sobre a internacionalização do etanol e biodiesel, em articulação com a Fase Mato Grosso e o Programa Segurança Alimentar da Fase, resultou num processo de aproximação e articulação com movimentos sociais de Moçambique ligados a Via Campesina. Em novembro, a FASE recebeu três representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) de Moçambique e camponeses do Núcleo Provincial de Camponeses de Nampula, da Zambézia, de Niassa e Cabo Delgado. A delegação veio a Mato Grosso para conhecer e debater os impactos do agronegócio junto à agricultura familiar que será impactada pela implementação do Programa ProSavana⁴. Esta iniciativa tem tido importantes desdobramentos, como a manutenção de ações conjuntas entre a FASE e parceiros de organizações e movimentos sociais de Moçambique no campo da resistência e incidência sobre a cooperação e investimentos internacionais do Brasil, realização de pesquisa sobre o ProSavana, publicação de artigos no Brasil, e a realização de uma Conferência em Maputo de grande impacto na mídia e sobre os governos.

Em articulação com organizações e pesquisadores que integram a Rede brasileira de justiça ambiental (RBJA), o NJAD também elaborou uma análise crítica sobre o novo código mineral em debate no Congresso Nacional, destacando uma série de ameaças a direitos constitucionais historicamente conquistados e ao avanço da reforma agrária, além de ausências com relação à proteção de direitos frente às perdas sociais e econômicas produzidas pela atividade mineral em expansão no país. A publicação dessa análise resultou na ampliação de nossa articulação com outras organizações além daquelas que participam da RBJA e possibilitou influenciar do ponto de vista da crítica da justiça ambiental a agenda de vários movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Articulação Antinuclear Brasileira, dentre outros.

No marco desse processo foi articulado, com a participação ativa da FASE, o *Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração* para incidir no debate público sobre o novo marco e pactuar uma agenda comum em apoio a processos de resistência e incidência política em defesa dos direitos

⁴ O ProSavana é um Programa triangular entre Moçambique, o Brasil e o Japão, para o desenvolvimento da agricultura em grande escala no Corredor de Desenvolvimento de Nacala, incidindo sobre 14 distritos das províncias numa área de 14 milhões de hectares. Este projeto inspira-se no projeto de desenvolvimento agrário implementado pelos governos brasileiro e japonês no Cerrado brasileiro. O Corredor de Nacala foi escolhido pela sua savana ter características climáticas e agroecológicas semelhantes ao Cerrado brasileiro, bem como pela facilidade de escoamento dos produtos para o mercado externo. O NJAD deu apoio logístico ao intercâmbio acompanhando *in locu* os visitantes nos municípios de Lucas do Rio Verde e Barra do Bugres, produziu um vídeo de toda visita ao cerrado impactado pela grande agricultura, e continuará apoiando os camponeses da África no enfrentamento de nova versão da revolução verde.

coletivos e territoriais. Esse comitê tem incidido no processo parlamentar com proposição de emendas ao Projeto de Lei e articulação de ações mobilizatórias a nível nacional.

A FASE também contribuiu para a constituição e fortalecimento de fóruns de afetados pela indústria do petróleo e petroquímica, que se auto-organizaram nos últimos anos em regiões de atuação da FASE, no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. A FASE teve um papel fundamental na articulação desses fóruns com redes e movimentos nacionais, regionais e na construção de subsídios para a reflexão política do Fórum, através da coorganização de um mapeamento que identifica conflitos ambientais relacionados à expansão da atividade petrolífera no país e reúne informação produzida por movimentos, organizações e pesquisadores sobre os desafios postos para a sociedade brasileira diante de uma nova frente de expansão da produção petrolífera após as descobertas na camada do pré-sal.

As ações da FASE relacionadas à crítica aos mecanismos de mercado como solução para as mudanças climáticas tem contribuído para o fortalecimento de um campo crítico ao mercado de carbono e ao REDD como compensação, conhecido como Grupo Carta de Belém⁵. Aportamos o fortalecimento deste grupo através da organização de uma oficina de aprofundamento sobre o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais, tema que tem ganhado força nas estratégias governamentais de enfrentamento as mudanças climáticas. A perspectiva é que a construção de uma posição crítica do grupo ao conceito na sua dimensão mercantilizadora dos territórios e processos sócio-produtivos contribua para a incidência do grupo junto ao Estado e a sociedade.

O Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), entre os anos de 2011 e 2012, manteve suas atividades centradas na gestão de fundos, assessoria a grupos populares e acompanhamento e fortalecimento de redes. O fundo de apoio a pequenos projetos apoiou 135 projetos de grupos populares, com concentração em grupos de mulheres e jovens. Se comparado a triênios anteriores este número de apoio é bem inferior e se relaciona a retração de recursos do fundo. O SAAP também continua atuando fortemente na assessoria de grupos populares, tanto pontual como processualmente o que o mantém em sintonia com a nova realidade e conflitos do meio popular, especialmente urbano. Muitos grupos urbanos, especialmente de jovens e do meio popular, se formam e se organizam sem referências políticas claras, manifestam suas insatisfações frente aos conflitos sociais, mas quase sempre suas análises se pautam por referências mais hegemônicas. Trazer e elucidar outros referenciais além de articulá-los em redes e/ou a movimentos já organizados têm sido o grande investimento do trabalho de assessoria do SAAP.

A prática de assessoria a grupos e redes somada a prática de gestão de fundos possibilitou a construção de uma nova experiência com Fundos Rotativos Solidários. O que destamos como o maior aprendizado deste trienal. Os Fundos Rotativos Solidários organizam as famílias na construção de uma poupança comunitária onde o apoio inicial do SAAP serve apenas de um estímulo para a gestão participativa da comunidade. Neste processo a ação educativa do SAAP em parceira, neste primeiro experimento, com a FASE ES, foi fundamental para o estímulo a cultura produtiva e o fortalecimento dos princípios agroecológicos. Os dois fundos rotativos e solidários criados em 2 comunidades quilombolas distintas no estado Espírito Santo gerou grande impacto no território e na cultura produtiva de 24 famílias.

A partir tanto dos apoios como no trabalho de assessoria, é possível identificar a sua importância, visto que:

⁵ Participam do grupo Carta de Belém organizações locais da Amazônia, bem como movimentos sociais do campo, organizações sindicais, organizações ligadas às igrejas; ONGs progressistas e movimentos sociais.

- O trabalho desenvolvido a partir de territórios específicos, junto aos grupos de mulheres e jovens, possibilitou a aproximação destes à movimentos mais amplos, contribuindo com suas formas de organização e com suas agendas de lutas;
- Organizações de mulheres se fortaleceram na sua autonomia, na ampliação de suas capacidades de gestão de projetos, refletindo nas capacidades de decisão, reflexão e expressão de suas visões sobre as políticas e sobre a necessidade de mudanças nas relações de gênero na sociedade;
- Todos os projetos apoiados estão assentados em um contexto onde diferentes direitos sociais são violados, tais como: o acesso ao saneamento, à saúde; à alimentação saudável; inadequação dos serviços públicos, moradia adequada, à segurança pública, à proteção das mulheres frente ao cenário de violência, que ainda se encontram, e ao desafio da autonomia financeira das mulheres.
- Grupos urbanos, especialmente de jovens populares, têm compreendido e se engajado em espaços de disputa da cidade com posições mais claras e críticas as políticas vigentes que impactam em suas vidas e de suas comunidades. Exemplo deste investimento é Programa Social Crecer e Viver que durante um grande período foi assessorado pelo SAAP e hoje ocupa um espaço de liderança e articulação na cidade do Rio de Janeiro, frente as contradições da política de cultura.
- Grupos produtivos quando incentivados e articulados são capazes de produzir e gerir finanças solidárias que ampliam sua capacidade de produção e os potencializam em torno da disputa do mercado institucional.

2. Entorno do Projeto

No país /na região

Examinando o futuro num cenário de novas incertezas

A descrição do entorno social, político, ecológico e econômico no qual se dará a intervenção da FASE, seja no âmbito nacional, seja nos espaços regionais da sua atuação, requer atenção para os fatores de incerteza que começaram a se avolumar neste primeiro semestre de 2013. As manifestações de rua em que centenas de milhares de pessoas – na grande maioria jovens -protestam pelo transporte público parecem revelar uma insatisfação social e tensões urbanas até então pouco evidenciadas, apesar das várias situações de desconstrução de direitos e de conflitos sócio-ambientais nos territórios.

No plano econômico, as incertezas resultam da combinação da débil retomada do crescimento econômico, com as pressões inflacionárias e com a evolução negativa do cenário externo (incidindo negativamente sobre o Câmbio e a balança comercial brasileira. Crescem assim as incertezas e especulações (influenciadas pela aproximação da disputa eleitoral de 2014) sobre os impactos retardados da crise econômica global sobre a economia brasileira.

No plano político, as manifestações trazem como novidade o aparecimento, na esfera pública, de atores sociais que declaradamente não se sentem representados por nenhum partido político. O alcance desse novo fenômeno político e suas implicações para o quadro eleitoral de 2014 certamente ainda estão por ser compreendidos. Até o início das manifestações de rua, aparentemente o país caminhava para as eleições gerais de 2014 em meio a uma ampla aceitação do governo da presidente Dilma Rousseff. Após a emergência das manifestações, novas pesquisas apontaram para a queda dos índices de aprovação da presidente e de muitos governadores e prefeitos de diferentes partidos políticos⁶. Entretanto não se deve perder de vista que as distintas possibilidades de sucessão presidencial em 2014 – a começar pela reeleição da atual mandatária – não comportam a possibilidade

⁶ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>

de pôr em cheque o núcleo de poder do capitalismo brasileiro, concentrado, financeirizado e firmemente ancorado no agronegócio, na mineração e nas grandes empreiteiras.

A ofensiva permanente do agronegócio, visando à expansão da sua hegemonia – há pouco na revisão do Código Florestal com o objetivo de desmonte da legislação ambiental, agora contra a demarcação das terras indígenas - provoca o acirramento das tensões sociais e dos conflitos ambientais e a radicalização dos conflitos.

A crítica do modelo de desenvolvimento e os dilemas dela decorrentes

A leitura que a FASE faz do entorno da sua intervenção tem como pano de fundo a crítica do modelo de desenvolvimento insustentável e injusto e a resistência à sua expansão. Mas aqui reside a complexa questão política a ser enfrentada pela FASE. Analisando esse entorno a partir de uma perspectiva intertemporal, compreendemos que o desenvolvimento econômico passado deixou uma enorme dívida social para com a maioria da população brasileira que quer ser atendida em suas necessidades básicas de consumo, alimentação, saúde, educação, etc. Do ponto de vista da massa da população a retomada do desenvolvimento – por mais insustentável e injusto que este nos pareça - propicia ganhos imediatos e atende a demandas legítimas. Coloca-se, assim, o complexo desafio de ao mesmo tempo lutar por políticas públicas que respondam às demandas da população e avançar de forma prática no processo de superação desse modelo. O chamado neodesenvolvimentismo gera aderência na população, pois esta faz opções pragmáticas, o que torna necessária uma estratégia de transição que parta das necessidades imediatas da população.

O neodesenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma, que representaria na visão de alguns a superação do neoliberalismo, foi marcado no atual governo pela continuidade da política macroeconômica do governo anterior, apesar de um ensaio frustrado de redução dos juros. Na base dessa política está o aprofundamento do modelo de desenvolvimento fundado na exploração intensiva dos recursos naturais e exportação de *commodities* em larga escala.

Entretanto, não é possível deixar de lado o fato de que as ações governamentais na área social implementadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff levaram à redução substancial da pobreza extrema no Brasil. Diferentes estudos demonstram que a política de renda mínima associada a outras iniciativas governamentais proporcionou a melhora de importantes indicadores sociais⁷. Não obstante, a inclusão tem se dado fundamentalmente através do aumento da capacidade de consumo das famílias beneficiadas pelos programas que, se por um lado, contribui para estimular o mercado interno (ainda mais num cenário de crise internacional); por outro, tem se mostrado insuficiente para reverter a profunda desigualdade social existente no Brasil, tal como demonstram os dados sobre concentração de renda, por exemplo ⁸, embora tenha apresentado uma pequena queda nos últimos dez anos.

O modelo de desenvolvimento urbano e o desenvolvimento econômico brasileiro

Sob o governo Lula e Dilma, ainda que seja possível reconhecer avanços no e do campo democrático-popular, a orientação geral da economia brasileira não cessou de produzir desigualdades e violações – especialmente decorrentes dos projetos de desenvolvimento econômico cujos impactos são também sobre redes inteiras de cidades.

⁷ Ver http://www.ipea.gov.br/redeipea/index.php?option=com_content&view=article&id=99:erradicacao-da-pobreza-extrema-no-brasil&catid=89:projetos-de-pesquisa&Itemid=206;

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17189; <http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>

⁸ Ver http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2688;

<http://www.valor.com.br/politica/3089446/consumo-interno-salvou-o-pais-diz-lula>

Nossa percepção do modelo de desenvolvimento urbano nos leva a concluir que o *espaço urbano não é somente espelho de uma determinada forma de desenvolvimento econômico, ele é um de seus motores, é indutor de um determinado modelo de desenvolvimento econômico*. A forma do desenvolvimento urbano atual que vimos se materializar nas nossas cidades é funcional à implantação e aprofundamento do modelo de desenvolvimento econômico em curso no Brasil.

As recentes manifestações e protestos populares ocorridos desde o início do mês de junho deste ano publicizaram e politizaram o debate sobre a crise experimentada nas cidades brasileiras, mostrando-se um forte catalisador das insatisfações com a política e a economia brasileiras, reunindo uma ampla, diversa e, por vezes, contraditória gama de aspectos. As mobilizações e contestações sociais em curso tiveram como estopim dois elementos estruturantes das cidades e do modelo de desenvolvimento brasileiros: a mobilidade urbana e a violência, demonstrando através de manifestações de contestação explosiva, o caráter profundamente desigual de acesso e garantia ao direito à cidade.

A pauta fortemente urbana destas manifestações tem relação direta com péssima qualidade e carência de serviços e políticas públicas urbanas, e demonstram o caráter privatista e segregador das cidades brasileiras. A (i)mobilidade urbana e sua incidência sobre a vida das populações mais pobres (que gastam em médias nas grandes cidades 4 horas diariamente de deslocamento para o trabalho) demonstram claramente os nexos entre a política de desenvolvimento econômico (com toda a sorte de incentivos a indústria de automóveis e de petróleo em detrimento de políticas públicas coletivas de transporte e mobilidade) e a estruturação e gestão das cidades.

Por outro lado, as manifestações em curso foram iniciadas e impulsionadas por grupos, movimentos, organizações sociais que não estavam no diagrama das organizações e formas de representação consolidadas. Este “vir a público” de novas e diversas formas organizativas que tem lugar e se desenvolvem nas cidades e que rejeitam as formas clássicas consolidadas de representação política (sindicatos, movimentos nacionais e partidos políticos), nos chama a atenção para a diversidade de novos sujeitos que nas últimas duas décadas tiveram como contexto de sua formação o aprofundamento das condições já precárias de vida e uma experiência urbana profundamente desigual, violenta e socioambientalmente insustentável. Desta forma, o debate sobre desenvolvimento e suas conexões com a vida nas cidades ganha novos contornos quando associado ao debate sobre novos sujeitos sociais urbanos.

Os cenários socioeconômicos das regiões em que se dará a atuação da FASE no próximo triênio nos desafiam a refletir sobre as características das transformações territoriais em curso nas cidades brasileiras e, especificamente, daquelas nas quais atuamos no contexto das políticas de desenvolvimento nacional em curso e de intervenções dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Avanço sobre os bens comuns, ameaças aos direitos territoriais e injustiça ambiental

A extensão da mercantilização ao que era considerado como bens comuns - cultura, conhecimento, lazer, formas e espaços de vida e de convivência, natureza, etc. - e a privatização conexa dos territórios, direta ou indiretamente, aparecem como o único caminho de desenvolvimento e, em consequência, de saída da pobreza. Pessoas, comunidades, grupos sociais, povos que estejam no caminho traçado ou são atropeladas ou são convidadas a se acomodar.

A expansão desse processo de mercantilização tem dimensão multiescalar⁹, uma vez que as decisões que conformam tal processo ocorrem em espaços e esferas de poder distantes dos territórios, ainda que com consequências diretas e concretas sobre eles. Os processos sociais que daí decorrem envolvem atores sociais, econômicos e políticos locais, nacionais, regionais e globais em dinâmicas que tendem a opor, de um lado, alianças entre empresas, Estados e atores que promovem um determinado modelo de desenvolvimento e, de outro, movimentos e grupos locais que não compartilham deste modelo e dos estilos de vida e de uso e apropriação dos recursos que ele impõe.

Por outro lado, o governo federal encontra-se engajado na construção de novos meios que garantam a grandes conglomerados econômicos do Brasil e do exterior o maior acesso, uso e controle de vastas extensões do território, em particular na Amazônia. Isto se dá de variadas formas: a decisão de incorporar o Ministério da Agricultura e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no debate sobre a demarcação de novas áreas indígenas no Mato Grosso do Sul ¹⁰, a discussão sobre o novo código mineral, a paralisação da reforma agrária; a diminuição de áreas de proteção ambiental para permitir, por exemplo, a construção de mais usinas hidrelétricas; a decisão de fortalecer a constituição de instrumentos jurídicos, institucionais e financeiros para alavancar a *economia verde* e o *mercado de carbono*, como o crescente reconhecimento do plantio de espécies exóticas como reflorestamento (dendê, eucalipto, pinus, teca e outras).

Sistema agroalimentar em crise e insegurança alimentar e nutricional

Vivemos hoje, não propriamente uma crise alimentar, mas *sintomas de um sistema agroalimentar em crise*, que se articula com outras crises como a ambiental, energética, financeira, mas também da ciência.

Neste cenário, há formação de *impérios alimentares* que junto com o mercado global geram crises agrárias e alimentares permanentes. O novo regime alimentar global está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição.

Por isso, fenômeno como a alta dos preços mundial, especialmente entre 2006 e 2008, com repercussões também no Brasil, expressou mais do que um desajuste entre a oferta e a demanda, sendo uma crise do modelo global de produção e consumo de alimentos que coloca em questão a soberania e a segurança alimentar e nutricional¹¹ dos povos.

A vulnerabilidade do atual modelo de produção e consumo, manifestada na volatilidade dos preços dos alimentos, também se expressa em muitas outras dimensões. Listemos as mais expressivas no caso brasileiro: a forte dependência em relação às fontes de renovação de energia e insumos externos; a exigência de terra e água para produção de agrocombustíveis, com deslocamento de áreas de produção

⁹ Saskia Sassen propõe o conceito de multiescalaridade para referir-se à reformulação de escalas nos diversos processos de globalização. Sassen, S. (2007). *Uma sociologia de la globalizacion*. Buenos Aires. Katz.

¹⁰ Ver a matéria *Funai perde a exclusividade na demarcação de terras indígenas* - <http://www.douranews.com.br/brasil/item/62209-funai-perde-a-exclusividade-na-demarcacao-de-terras-indigenas>.

¹¹ “A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garanta o ingresso digno, e os direitos dos consumidores. Garante os direitos de acesso e gestão da terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade nas mãos dos que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre os homens, mulheres, grupos sociais e geração”. Este é o conceito adotado na Declaração de Nyeleni, no Mali, em 2007, pelos movimentos sociais no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar. (<http://www.nyeleni.org/spip.php?article327>) No Brasil, a amplitude do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional incorpora vários ângulos do conceito de soberania alimentar, e tem a particularidade de introduzir a dimensão nutricional. Aqui também, como no âmbito internacional, foram os movimentos sociais, ongs que trabalham no campo que incorporaram inicialmente esta causa em suas plataformas.

de alimentos, provocando também a concentração de terras; os impactos das mudanças climáticas que afetam, sobretudo áreas de produção com menor resiliência; a erosão da diversidade agrícola e alimentar, provocando a homogeneização das dietas alimentares; a contaminação dos alimentos e água pelo uso exponencial de agrotóxicos, inclusive de produtos banidos em países de origem; a ampliação da liberação de transgênicos, colocando em risco a saúde humana, o meio ambiente e retirando a autonomia dos agricultores, pois fere o seu direito ao livre uso da biodiversidade, com o patenteamento das sementes.

No Brasil, nos últimos anos, políticas estruturantes como alimentação escolar, recomposição do salário mínimo, seguridade social, bem como programas de transferência de renda, atenuaram os impactos da crise mais intensa. Temos hoje um quadro de redução dos índices de desnutrição e mortalidade infantil, mas permanecem desigualdades gritantes do ponto de vista regional, com a maior incidência de insegurança alimentar nas regiões norte e nordeste, assim como entre os povos indígenas, comunidades tradicionais no campo, população negra e mulheres.

Além dessas desigualdades que se reproduzem, outro aspecto da transição nutricional em curso, diz respeito ao aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, associados ao aumento do risco de desenvolvimento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e problemas cardiovasculares. São ligados às profundas modificações dos hábitos alimentares de toda a população com maior ingestão de alimentos de alta densidade energética e pouco valor nutricional, inclusive em segmentos da população mais pobres nas periferias urbanas. Houve uma significativa redução do consumo do feijão e de alimentos regionais, principalmente frutas e hortaliças nos últimos tempos.

No tocante aos programas de governo voltados para a agricultura familiar, os recursos disponibilizados são bem menores do que aqueles destinados ao agronegócio. Por outro lado, políticas importantes para o fortalecimento do setor – como as Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA) – esbarram em diferentes obstáculos que dificultam o alcance de boa parte dos seus objetivos, especialmente por parte das mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais, prejudicando, dessa maneira, a reprodução socioeconômica de milhões de pessoas envolvidas com a produção de alimentos no Brasil. Também não podemos esquecer os estímulos oficiais existentes para o uso intensivo de agrotóxicos, inclusive de produtos proibidos em outros países, dotando o Brasil do vergonhoso título de campeão mundial no uso de pesticidas/herbicidas. O fato é que consumimos cada vez mais alimentos contaminados e isto impacta negativamente nossa qualidade de vida.

Desigualdade de gênero, violência contra as mulheres

A sociedade brasileira tem conquistado avanços no sentido da afirmação das mulheres como sujeitos políticos. Olhando a dinâmica e organização dos movimentos sociais e as formas de participação das mulheres, constatamos que o reconhecimento da identidade das mulheres como trabalhadoras, especialmente no campo, e a conquista de direitos não podem estar dissociados do processo de sua auto-organização, seja nas organizações próprias e nos movimentos específicos, seja na atuação nas organizações mistas. O processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes e fóruns de lutas. Permanece assim na ordem do dia o desafio da auto-organização das mulheres.

No tocante à dimensão econômica, até os anos 1990 os levantamentos estatísticos no Brasil se pautavam por uma concepção de trabalho associada ao emprego capitalista, não sendo, portanto, um instrumento sensível para captar outras formas de organização do trabalho, seja em áreas rurais -

como pequenas propriedades rurais de base familiar – seja em áreas urbanas – pequena produção independente e trabalho doméstico. Hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero. Esta é uma conquista das lutas feministas.

No novo conceito adotado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) caracterizam-se as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o próprio consumo e o da família. O maior refinamento do conceito favoreceu a mensuração mais adequada das atividades econômicas desempenhadas por mulheres e incluiu atividades assistenciais e para o autoconsumo. Mas, as mulheres ainda continuam sendo consideradas como “*membros não remunerados das famílias*”. Por isso há sugestão de algumas estudiosas feministas para se adotar a categoria de trabalhador (a) familiar.

As mulheres continuam subdeclarando sua jornada de trabalho, o que expressa o entendimento ainda dominante entre as mulheres que nem se conscientizaram do sentido econômico do seu trabalho e nem caracterizam suas atividades como trabalho. Continuam a encará-lo como *ajuda*, embora saibamos que elas têm duplas ou triplas jornadas de trabalho, realizando a maior parte do trabalho doméstico e se concentrando nas atividades que garantem a reprodução da vida cotidiana.

Permanecem assim relações sociais marcadas historicamente pelo patriarcalismo, que se manifesta nas desigualdades na divisão social do trabalho produtivo e reprodutivo, no controle dos recursos, na distribuição dos benefícios do resultado do trabalho familiar, na tomada de decisões e no acesso à informação e aos bens culturais. A concepção dominante da economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo, tornando invisível a maior parte do trabalho das mulheres, e ignora a divisão sexual do trabalho.

Os últimos números divulgados em São Paulo e em todo o país mostram que os casos de violência contra mulheres estão se transformando em verdadeira epidemia, sem que as autoridades de segurança encontrem formas eficazes de enfrentar a emergência do problema. Entre 2001 e 2010, 40 mil mulheres foram assassinadas no Brasil¹². De acordo com estudo do Banco Mundial, *mulheres de 15 a 44 anos correm mais risco de sofrer estupro e violência doméstica do que de câncer, acidentes de carro, guerra e malária*¹³. Apenas na cidade de São Paulo, foram registrados 1.113 casos de estupro este ano entre os meses de janeiro a abril¹⁴.

Contexto adverso às organizações da sociedade civil e aos movimentos sociais

Apesar do discurso oficial de valorização da participação popular, o processo de criminalização dos movimentos sociais e das ONGs longe está de ser superado, enquanto o governo federal continua emitindo sinais contraditórios na relação com as organizações da sociedade civil. Neste cenário, cabe assinalar o impasse a que chegou a tentativa de revisão do marco regulatório das OSCs, em que as iniciativas da Secretaria Geral da Presidência da República esbarraram na resistência de setores do governo aparentemente mais poderosos e hostis às organizações da sociedade civil que atuam na perspectiva da defesa de direitos e da crítica ao atual modelo de desenvolvimento.

Os desafios para a sustentabilidade das OSCs em geral tornam-se dramáticos em relação às iniciativas e projetos de grupos populares, muitas vezes sem existência jurídica ou pouco conhecidos, que

¹² Ver a matéria *Violência contra a mulher: mais de 40.000 homicídios femininos em uma década* - http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6107

¹³ Ver <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>

¹⁴ Ver a matéria *Cidade de São Paulo tem nove estupros registrados por dia* - <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-05-25/cidade-de-sao-paulo-tem-nove-estupros-registrados-por-dia.html>

enfrentam dificuldades crescentes para o financiamento de seus projetos, o que reforça a importância dos fundos de pequenos projetos nesse cenário, como o SAAP.

O entorno do projeto nas áreas de atuação da FASE

Rio de Janeiro

O estado do **Rio de Janeiro** possui uma população estimada de 16.231.365, e se configura como o estado com maior densidade populacional do país, com elevada taxa de urbanização. A atuação da FASE se dá nas regiões Metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

Atualmente, no domínio político, a *Região Metropolitana do Rio de Janeiro* (RMRJ), com 11.835.708 de habitantes e 19 municípios (Censo IBGE 2010), está marcada por ampla convergência de interesses no campo político institucional. Os governos federal, estadual e do município do Rio de Janeiro desenvolvem ações políticas e econômicas de forma articulada.

Esse cenário, mesmo que se altere em 2014 (período de eleições federais e estaduais), tem possibilitado que as agências públicas e agentes privados desenvolvam seus projetos de interesses econômico e reprodutibilidade do capital com substantivos impactos sociais e ambientais, por exemplo, em áreas ocupadas por populações com baixo poder político e econômico. Do lado das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais a capacidade de apresentar propostas alternativas ou meios para assegurar que os processos de mudanças respeitem os direitos humanos e toda a legislação urbana e ambiental é bastante limitada. O poder executivo tem procurado esvaziar ou desqualificar iniciativas oriundas tanto da sociedade civil, quanto do ministério público e do judiciário. Leis são descumpridas e outras que resultaram de décadas de mobilização social são suprimidas ou descaracterizadas.

Naquilo que tange à dinâmica econômica, estima-se que no período de 2012-2014 os investimentos no estado totalizarão R\$211,5 bilhões, destinados a obras de infraestrutura logística e urbana, equipamentos para atender as demandas dos megaeventos esportivos, medidas para ampliar a produção de petróleo, produção de unidades habitacionais do programa do governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), e ações de reurbanização de favelas – PAC Favelas. Coladas a esses investimentos, estão as violações aos direitos econômicos, sociais e culturais de milhares de famílias e trabalhadores, que são ignorados em nome do “desenvolvimento”.

Entre as medidas mais visíveis que impulsionam esse tipo de “desenvolvimento urbano” excludente, destacam-se, na cidade do Rio de Janeiro, as iniciativas que se voltam para os interesses da indústria imobiliária, do entretenimento e do petróleo e gás. Cada vez mais, o poder simbólico da capital do estado, com as suas amenidades naturais, associa-se aos interesses da indústria do petróleo e gás (85% do petróleo brasileiro é produzido no estado do Rio de Janeiro; 46% da área total do pré-sal delimitada pelo governo federal confronta com o estado do Rio de Janeiro) e da “economia da cultura e turismo”, mais toda a cadeia produtiva desses nichos econômicos. Vale destacar que as mudanças que ocorrem no Rio de Janeiro e nas cidades próximas estão muito além dos megaeventos esportivos.

Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro está entre as mais caras do mundo. O solo urbano hipervalorizado e o crescente aumento da oferta de crédito, incrementado pelo governo federal, para a produção de habitação, que aumentou significativamente, torna-se um filão para a indústria imobiliária e para os investidores deste segmento.

São interesses que valem como justificativa para os governos estadual e municipal ampliarem mecanismos que facilitem os investimentos que dependem do solo urbano. Assim, temos como caso paradigmático, a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), investimentos seletivos em infraestrutura urbana, processo de ordenamento urbano que pressiona a população pobre e os trabalhadores que vivem da economia informal para saírem do seu local de moradia e de trabalho. O fato é que as mudanças que ocorrem num ritmo acelerado em áreas centrais da cidade, em função do seu potencial de uso e de valorização imobiliária, tornaram-se prioritárias para uma reurbanização desintegradora, que elitiza o espaço urbano e obriga famílias a se deslocarem para bairros e cidades distantes, em que a infraestrutura urbana, serviços públicos e oferta de trabalho são escassos.

Ao mesmo tempo, a *Baixada Fluminense*, região com cerca de 2,5 milhões de habitantes, torna-se uma das áreas para a expansão urbana, na medida em que algumas das cidades desta região têm baixa densidade demográfica¹⁵. É um território alvo de investimentos da indústria do petróleo e gás, da indústria imobiliária e recebe projetos de infraestrutura logística, entre outras iniciativas. Essas medidas tendem a gerar uma maior desigualdade intrarregional, impactos socioambientais e uma urbanização desordenada. Esses projetos estão longe de reverter a precariedade da infraestrutura urbana da Baixada Fluminense, com suas graves deficiências na área do saneamento ambiental, na área de mobilidade urbana dentro da região e em direção ao Rio de Janeiro, segurança pública etc. Uma região que registra elevados índices de homicídio, principalmente jovens negros.

Na Baixada Fluminense a capacidade institucional e fiscal das prefeituras é extremamente baixa. Parte significativa dos municípios depende da transferência de recursos financeiros dos governos estadual e federal. Esse cenário agrava os problemas relacionados aos precários serviços e funcionamento de equipamentos públicos. Cidades, por exemplo, como Japeri e Queimados tem baixa capacidade de desenvolver políticas públicas autonomamente e nelas vivem famílias extremamente pobres, distantes dos centros urbanos mais dinâmicos (p. ex., Rio de Janeiro e Duque de Caxias).

Pernambuco

Segundo o censo de 2010, **Pernambuco** tem uma população de 8 milhões de habitantes, distribuídos em quatro grandes regiões: região metropolitana do Recife (RMR); zona da mata, agreste e sertão. A taxa de urbanização é de 80%. As mulheres representam 52% da população total.

Com forte apoio do governo federal o Estado vem apresentando significativos índices de crescimento econômico, superiores à média regional e nacional. Esses resultados são fruto principalmente de investimentos na indústria, especialmente da construção civil, e da expansão do setor de serviços. O crescimento econômico possibilitou uma redução considerável da taxa de desemprego. Esse processo teve, em contrapartida, um forte impacto no meio ambiente. O complexo portuário de SUAPE, cuja base produtiva está assentada na instalação de refinarias de petróleo, indústria naval e termelétrica é um bom exemplo do modelo de desenvolvimento predatório ao meio ambiente, causando conflitos sociais com as populações tradicionais (pescadores, pequenos agricultores, posseiros) residentes no território.

A *Região Metropolitana do Recife (RMR)*, área de atuação da FASE, é integrada por 14 municípios, com uma população de 3.743.854 habitantes (Censo IBGE 2010), constituindo-se no maior núcleo urbano do Nordeste brasileiro. Recife, capital e maior cidade da RMR, tem uma população de

¹⁵ Quanto aos municípios que a compõem há unanimidade com relação a Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, todos ao norte da cidade do Rio de Janeiro. Alguns estudiosos também incluem Magé e Guapimirim (a leste), Japeri, Seropédica e Itaguaí (a oeste e noroeste).

1.555.039 habitantes (Censo IBGE 2010). Segundo dados da Prefeitura do Recife, mais de 40% da população reside em moradias consideradas inadequadas/precárias, com sérios problemas de regularização urbanística e fundiária. Esse cenário estende-se aos outros municípios da RMR. Em relação ao esgotamento sanitário, apenas 35% da população recifense dispõe desse serviço. No tocante ao lixo, Recife produz diariamente 2 mil toneladas de lixo, sendo que apenas 1% desse total é reciclado. Grande parte desse lixo acaba indo parar nos rios e canais, gerando alagamentos/transbordamentos e, por vezes, desabamento de encostas chegando a fazer vítimas entre a população mais pobre que reside nessas áreas de maior vulnerabilidade.

Mato Grosso

No **Mato Grosso**, a FASE concentra suas atividades nas regiões do Sudoeste do Mato Grosso e, mais recentemente, na Baixada Cuiabana. A primeira é uma região de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal e encontra-se na fronteira do Brasil/Bolívia e a região oeste do estado. Sua ocupação ocorreu a partir da década de 70, por camponeses migrantes provenientes da região sudeste do Brasil, que vinham em busca de um pedaço de terra. Já a Baixada Cuiabana abrange municípios que estão ao redor da capital, Cuiabá, sendo a região de colonização mais antiga do estado. Atualmente o campesinato destas regiões é composto por agricultores familiares, que são pequenos proprietários ou assentados da reforma agrária, e comunidades tradicionais, regionalmente identificadas como pantaneiros, morroquianos, quilombolas, ribeirinhos e os povos indígenas chiquitanos.

O estado de Mato Grosso tem um valor inestimável para a consolidação do agronegócio exportador. A cada ano vem apresentando números que demonstram a predominância da produção de grãos, como soja, milho, e também da pecuária. Desta forma, determina o ritmo e a orientação de todas as propostas de desenvolvimento pensadas pelo governo estadual, que vai na contramão de um modelo agroecológico.

É o maior exportador e produtor brasileiro de grãos, com 32% do total de grãos produzidos no Brasil. Respondeu, em 2012, por 9% da produção mundial de soja. De acordo com projeções do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), a área plantada com soja crescerá de 7,9 para 11,9 milhões de hectares entre as safras 2012/2013 e 2021/2022; e a produção crescerá 52%, passando de 24,15 para 39,10 milhões de toneladas, ou 40% da produção total do país. (IMEA, 2012). Na pecuária o MT possuía, em 2012, 13,8% do efetivo bovino brasileiro de 212,8 milhões de cabeças. É o estado com o maior número de bovino do Brasil e esta na região Centro Oeste que concentra 34,1% do efetivo de todo o Brasil.

Essa realidade é seguida por outras questões que vem acentuando no estado de Mato Grosso:

- i) O avanço do agronegócio para a produção de grãos, cana-de-açúcar e pecuária, com financiamento público e políticas públicas de fomento do próprio estado¹⁶;
- ii) Ampliação progressiva do uso de sementes transgênicas para a produção de soja e de algodão, e conseqüentemente, conflitos fundiários;
- iii) Crescente consumo de agrotóxicos, sendo o maior do Brasil.

Estes números dão conta da enorme pressão que sofrem os agricultores familiares e comunidades tradicionais para manterem suas formas de produção e não perderem suas terras para o modelo latifundiário agroexportador. Estas populações continuam resistindo e desenvolvendo papel estratégico na preservação dos ecossistemas e na produção diversificada de alimentos. De acordo com

¹⁶ Como a Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, por exemplo.

os dados do último censo agropecuário (2006)¹⁷, apesar de ocupar apenas um quarto da área agricultável, a agricultura familiar possui 84,4% dos estabelecimentos agrícolas e é responsável por 38% do valor da produção de alimentos no estado, empregando cerca de 84,36% da população que vive no campo.

Pará/Amazônia

À Amazônia Legal brasileira tem sido atribuída no contexto atual a função de ser a principal provedora de energia para o conjunto do país, seja através da instalação de potentes usinas hidrelétricas nas suas bacias hidrográficas (Teles Pires-Tapajós, Araguaia-Tocantins, Madeira e Xingu), seja através da expansão de monocultivos para uso em siderúrgicas (eucalipto, por exemplo) e para a produção de agrocombustíveis. No **Pará** o destaque é o dendê, em substituição à floresta tropical.

Paralelamente, avança também a monocultura da soja para exportação, bem como a construção do complexo de portos e hidrovias para o escoamento dos produtos do agronegócio, das madeiras e da mineração para atender aos mercados internacionais. Essas dinâmicas atingem diretamente as bacias dos rios amazônicos Tocantins, Amazonas e Tapajós no Pará.

Por isso dizemos que a fronteira econômica na Amazonia vem se expandindo, atualmente, não num único sentido – do sul em direção ao norte ou de leste para oeste, como no passado recente na expressão das leituras sobre o *arco do desmatamento* – mas de maneira múltipla, com a crescente exploração intensiva dos recursos naturais. Está ocorrendo uma reconfiguração territorial na região.

Os impactos produzidos pelo avanço das monoculturas são significativos: desestruturação de comunidades rurais e modos de vida tradicionais, aumento do preço da terra e conflitos pela posse, expulsão de famílias, concentração da terra; contaminação de rios, igarapés e lençóis freáticos em razão do uso abusivo de agrotóxicos. Há também o recrudescimento do tráfico de drogas e de diferentes modalidades de violência (contras as mulheres e crianças, por exemplo), aumento da pressão sobre as terras dos(as) agricultores(as) familiares e comunidades quilombolas.

Essas mudanças mostram uma forte ligação entre dinâmicas rurais, extrativistas e urbanas, marcadas pelas desigualdades socioambientais, étnicas, raciais e de gênero.

O modelo de desenvolvimento urbano, caracterizado por um padrão urbano-industrial e de determinações do capital na apropriação e uso do solo, não tem considerado suficientemente a diversidade de formas, uso e ocupação do espaço nas diferentes regiões do país. Não tem permitido dialogar, por exemplo, com a política de segurança alimentar, com o transporte e mobilidade por via fluvial, comum na Amazônia, posto que o Estatuto das Cidades, principal instrumento legal de planejamento urbano não prevê instrumentos capazes de responder a crescente demanda da população por essas políticas.

É preciso considerar que mais de 70% da população amazônica vive em áreas urbanas, sobretudo em municípios com menos de 50.000 habitantes. Somente as capitais Belém e Manaus têm mais de 50 mil habitantes entre os 449 municípios que compõe a Região Norte. Mas, há baixa capacidade de arrecadação e insustentabilidade econômica com forte dependência de recursos federais por parte dos municípios.

¹⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário - 2006.

Nas regiões metropolitanas as populações pobres continuam a viver sem acesso à água tratada, coleta de lixo ou destinação adequada de esgoto – como mostram os dados da última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, de 2008.

Intensificam-se os conflitos socioambientais, com a intensa disputa pelo acesso, uso e controle dos recursos naturais. Ocorrem tanto no interior da floresta quanto nos grandes centros urbanos. Colocam em campos opostos populações tradicionais e excluídos urbanos, entre outros, e grandes grupos empresariais brasileiros e do exterior inseridos no comércio internacional, e o bloco de poder que hegemoniza o aparelho do Estado, que controla a informação e a justiça, a tecnologia e os recursos financeiros.

Nesse cenário, atores sociais como mulheres, jovens, e populações tradicionais como povos indígenas, quilombolas, extrativistas, conquistam espaços políticos relevantes, enquanto sujeitos políticos tradicionais como o movimento sindical, enfrenta muitas dificuldades para se manter mobilizado e com capacidade de pressão.

No Pará a FASE irá atuar na Região Metropolitana de Belém, no Baixo Tocantins (nos municípios de Abaetetuba, Igarapé-miri) e no Baixo Amazonas (nos municípios de Belterra e Santarém, em especial na Projeto de Assentamento Agroextrativista/PAEX Aruã, na Terra Indígena/TI do Maró e na Gleba Nova Olinda I).

Bahia

A **Bahia** tem 564.733 km², e 14.016.906 habitantes recenseados em 2010¹⁸, com regiões inseridas nos Biomas da Caatinga; Cerrado; e Mata Atlântica. Sua densidade demográfica de 24,82 hab/km² caracteriza-se como essencialmente rural, mas a economia baiana tem razoáveis níveis de industrialização (Pólo Petroquímico de Camaçari; papel e celulose) que não estabelecem ligações com dinâmicas econômicas regionais, pois se caracterizam mais como enclaves dedicados à utilização massiva de recursos naturais locais, e dependentes de exportações para realização de seus lucros. A Bahia vem registrando significativos investimentos nas áreas de mineração, agronegócio (soja, algodão, frutas irrigadas, eucalipto). O setor de serviços, principalmente na área de turismo, também vem crescendo. O governo estadual, totalmente alinhado com as diretrizes neo desenvolvimentistas assumidas pelos Governos Lula e Dilma, subsidia pesadamente a infraestrutura e a logística relacionadas às exportações (agronegócio; mineração; construção naval; ferrovias), e aos megaeventos (Carnaval; Copa das Confederações; Copa do Mundo), fragilizando processos de licenciamento ambiental, promovendo remoções forçadas de atingidos, e minimizando direitos de povos e comunidades tradicionais.

Embora existam concentrações metropolitanas expressivas (Salvador e Feira de Santana), é na Bahia, onde se localizam 15% do número total de estabelecimentos rurais familiares do país. Dados do Censo 2006 revelam que dos 761.528 estabelecimentos rurais existentes no estado, 665.831 (87,43%) foram classificados como familiares, ocupando apenas 34,11% da área, mas garantindo 80,9% das ocupações (1.881.811 pessoas). Apesar disso, somente 49.597 das propriedades familiares (7,44%), recebiam algum tipo de financiamento ¹⁹. A Agricultura Familiar responde por 76% da população economicamente ativa no campo. Pobreza, falta de terra e minifundiarização se somam para impedir melhor qualidade de vida. Mais de 60% das famílias não têm documentação definitiva de titulariedade

¹⁸ IBGE em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>

¹⁹ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

da terra em que vivem e trabalham; e 57,3% das famílias agricultoras têm áreas de terra menores do que 10 ha, cada uma. Dados oficiais (IBGE) revelam que 73% das famílias têm renda bruta anual menor do que R\$ 6.000,00 e 46% das famílias são classificadas como pobres, pois têm renda per capita menor do que R\$ 140,00 mensais; e 18% delas são identificadas como extremamente pobres, pois sequer conseguem alcançar R\$ 70,00 per capita / mês²⁰. A FASE atuará nos Territórios do Vale do Jiquiriçá e do Baixo Sul.

O Território do Vale do Jiquiriçá é composto pelos municípios de Cravolândia, Laje, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas, Brejões e Ubaíra. O território do Baixo Sul²¹ é composto os municípios de Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Ibirapitanga e Valença.

Esses 11 municípios estão inseridos no Bioma da Mata Atlântica, mas alguns deles possuem áreas em transição para a Caatinga, e zonas onde o clima é caracterizado como Seco, e até Semi Árido. O conjunto desses 11 municípios foi alcançado, ainda que de maneira mais atenuada do que outros municípios localizados no coração da “Região Cacaueira”, pelos ciclos de ascensão e queda do complexo agroindustrial da monocultura do cacau. Em várias áreas, verifica-se que aconteceu muito desmatamento, com razoável presença de atividades de pecuária bovina.

A situação social e econômica desses 11 municípios revela um contexto de violação de direitos. Em 2010, praticamente metade (48,96%) dos domicílios existentes, eram habitados por famílias com renda mensal inferior ao valor de 1 salário mínimo mensal. 34.341 famílias recebiam o benefício social denominado de Bolsa Família, porque a renda per capita de cada um de seus integrantes seria inferior a R\$ 70,00 mensais, nos valores atuais. Mas é na zona rural que se verificam situações mais impactantes, no que se refere ao bem estar da população. A legislação brasileira em vigor tipifica família agricultora como aquela que dispõe de uma área de terra de dimensão equivalente ao intervalo entre 1 e 4 Módulos Fiscais²². Verifica-se, então que a quase totalidade dos estabelecimentos familiares nestes 11 municípios tem área inferior ao limite mínimo de 1 módulo fiscal. Trata-se de minifúndios. Isto gera êxodo rural e migrações, principalmente nas camadas mais jovens, inclusive moças; provoca sobre exploração dos recursos naturais com utilização intensa da pouca terra disponível; pressiona as nascentes e fontes de água; obriga integrantes da família a buscarem trabalho remunerado fora da propriedade, desagregando famílias e favorecendo relações de trabalho precárias.

Espírito Santo

Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, o estado do Espírito Santo possuía 3.512.672 habitantes, sendo 83% urbana e 17% rural. A FASE neste estado atua ao longo do complexo do eucalipto e da celulose, mais concentrado na região afroquilombola do Sapê do Norte, e na região de Aracruz, onde se localiza a planta industrial da Fibria/Aracruz; e ao longo do complexo petrolífero e do pré-sal, que se instala no litoral do Estado, bem como na região metropolitana de Vitória.

Os Complexos do Papel e Celulose e Petrolífero, entre si articulados, e conectados com os partidos políticos e campanhas eleitorais, com o Complexo subcultural e propagandístico de A Gazeta, bem como patrocinando encontros e instalações do próprio judiciário, formam um compacto bloco de poder político e econômico, onde oposição e situação fazem parte de um e mesmo projeto de desenvolvimento.

²⁰ Dados compilados pelo FBAF – Fórum Baiano da Agricultura Familiar, a partir dos Censos Demográficos 2010; e Agropecuário 2006, ambos do IBGE. O documento foi apresentado pelo FBAF ao Governo da Bahia, em março de 2012.

²¹ No mapa, o Território do Baixo Sul é o 06; e o do Vale do Jiquiriçá é o 09.

²² Conforme o INCRA, o módulo fiscal no Baixo Sul é de 20 ha., e no Vale do Jiquiriçá é de 35 ha.

E mais. Os complexos químicos da celulose, do eucalipto e do petróleo modelam uma sociedade cada vez mais dependente do petróleo, do plástico e do automóvel, tal como dos agrotóxicos e dos ansiolíticos. Uma sociedade fundada na economia de extração, logística, transporte de petróleo e gás, e na exportação de celulose e outros semi-elaborados ou in natura (mármore, granito, minério de ferro, aço). Afinal, são esses os eixos centrais do modelo de desenvolvimento, desenhado e orquestrado através do Plano Estadual de Desenvolvimento ES 2025, do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), nos planos de negócios da Fibria=Aracruz e Suzano Celulose ou da Petrobrás, Chevron, StatOil e demais petroleiras.

Para a expansão do modelo regional de desenvolvimento, o Estado: (1) flexibiliza as leis ambientais e trabalhistas, acelerando suspeitos licenciamentos e restringindo direitos, (2) promove incentivos fiscais às empresas exportadoras sob a repetida farsa da “desoneração dos custos de produção”, (3) oferece farto crédito via Ministérios ou BNDES, (4) expande (e privatiza!) a infra-estrutura de portos, rodovias, estaleiros navais,(5) direciona mais de 80% dos investimentos e políticas públicas no sentido da aceleração desse insustentável crescimento (PAC).

No plano das corporações econômicas, sob os argumentos de uma Economia Verde, as mesmas empresas de eucalipto, papel, celulose e petróleo buscam construir estratégias de legitimação social e ambiental, seja através do mercado de carbono, do pagamento de serviços ambientais, ou diretamente, através de financiamentos à cultura, à agroecologia ou mesmo a ONGs e movimentos sociais. São bastante significativos o foco “agroecológico” da Petrobrás, ou o programa de desenvolvimento regional territorial (PDRT) da Fibria-Aracuz Celulose, e suas estratégias de legitimação junto a comunidades indígenas, quilombolas, camponesas ou sem terra, ambos suportados por intensa propaganda, na TV, na mídia impressa regional e municipal, nos sites de internet, nos balanços socioambientais das empresas ou nos logotipos impressos em todo e qualquer material em convenientes “parcerias”.

Vigora, o pressuposto de uma compensação que tudo abarca: - qualquer impacto pode ser compensado!, sob o princípio ambíguo do “poluidor pagador”, pois também “pagador poluidor”, quer dizer: se pode pagar, pode poluir. Um modelo capaz de trazer para dentro de seu giro as possibilidades mesmas da transição, no ritmo dos próprios negócios ambientais. O modelo se expande e cria novos mercados, com sua própria crítica, cria níveis de subordinação dos mais complexos, e aponta o convívio “cordial” e “contratado” com suas próprias alternativas. Assim a Petrobrás investe em agrocombustíveis e a Fibria se interessa pelo novo mercado de etanol de eucalipto. Como políticas implicitamente ou explicitamente compensatórias, ambas apoiam projetos com Mata Atlântica, agroecologia, desenvolvimento comunitário, sistemas agro-florestais. Inclusive sub-contratando serviços de ONGs e Certificadoras FSC para o trabalho mais capilar de avaliação ou acompanhamento técnico junto às comunidades.

A pergunta pelo sentido mais profundo das estratégias e experiências de resistência e transição parece crucial. As corporações, associadas ao Estado, impõem sua condição dialógica e discursiva: + eucalipto, cana, petróleo, gás, celulose, hidrelétricas + recursos para as alternativas, agroflorestais, energéticas, comunitárias, tradicionais. Na retórica paradoxal, uma sociedade cada vez mais petroleira ou monocultora será também, cada vez mais, agroecológica e cidadã, derivando dos royalties a singela mas perigosa ideia: compensação = direitos. Neste aspecto, o pacto dos royalties do petróleo não é conflituoso apenas no sentido federativo entre os Estados da República, como também no sentido da própria sociedade civil brasileira, deficitária de saúde, educação, saneamento, moradia, reforma agrária, e esperançosa nos royalties do petróleo como construção de um modelo próprio de Estado de

proteção social, como jamais construído em nosso capitalismo estruturalmente dependente e periférico.

3. Descrição da situação

Como se depreende da análise do entorno, a situação para cuja superação a FASE buscará contribuir através deste projeto, tem as suas raízes na retomada de um processo de desenvolvimento insustentável, social e ambientalmente injusto, com impactos contraditórios sobre a qualidade de vida do conjunto da população. Desse modo, trata-se de enfrentar um conjunto de problemas que vão do impacto direto das políticas de desenvolvimento sobre as populações nos territórios – através de processos de expropriação e desconstrução de direitos – à incapacidade ou insuficiência das políticas públicas no atendimento das legítimas demandas da população de atendimento de suas necessidades básicas e de participação nos benefícios do crescimento econômico. Em relação às quatro causas eleitas pela FASE, uma dimensão do problema a ser enfrentado diz respeito às limitações das capacidades dos sujeitos para resistir e propor alternativas aos referidos processos, o que faz com que o fortalecimento dos sujeitos seja uma estratégia comum aos diferentes componentes deste projeto, inclusive em espaços de participação institucional.

Nas suas áreas de atuação, a FASE atuará em relação a situações de injustiça ambiental, causadas pela indústria extrativa (petróleo e mineração), grandes empreendimentos energéticos, agronegócio e economia verde, bem como diante de ameaças aos bens comuns resultantes da ação dos grandes conglomerados econômicos do Brasil e do exterior que buscam controlar vastas extensões do território, em particular na Amazônia. A dimensão internacional dessa problemática fica evidenciada, por exemplo, pela decisão do Estado brasileiro de fortalecer a constituição de instrumentos jurídicos, institucionais e financeiros para alavancar a *economia verde* e o *mercado de carbono*.

Nas áreas urbanas, a intervenção da FASE deverá se contrapor a diversas formas de negação do direito às cidades, inerentes ao modelo dominante de desenvolvimento urbano, tais como os crônicos problemas urbanos que fazem parte da agenda da FASE – especialmente saneamento e habitação - e questões emergentes conjunturalmente como a da mobilidade urbana. Cabe destacar que em algumas áreas urbanas de atuação da FASE o foco da atuação estará voltado para situações de violação de direitos que decorrem de intervenções do poder público no contexto dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas) que favorecem a reestruturação elitista do espaço urbano e a especulação imobiliária.

Colocar a crítica ao modelo de desenvolvimento também sob o crivo do Direito Humano à Alimentação, da Soberania, Segurança alimentar e nutricional, perspectiva adotada pela FASE, significa trabalhar no sentido da afirmação da função reguladora do estado que se deve contrapor às lógicas privadas estritamente mercantis. Se houve melhoria dos índices de acesso ao alimento, permanece, no entanto, o desafio de garantir uma alimentação adequada e saudável. A recente proposta de Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, uma conquista dos movimentos sociais do campo, abre os caminhos para processos de transição agroecológica e ganha relevância para o fortalecimento da agricultura familiar e agroextrativista em contraposição ao agronegócio. Mas sua implementação dependerá de mudanças em políticas existentes como assistência técnica e aperfeiçoamento de outras como mercados institucionais e reconhecimento dos direitos dos agricultores e povos e comunidades tradicionais no manejo e uso da biodiversidade e culturas alimentares. Mas dependerá também de ações articuladas de segmentos sociais do campo e da cidade para enfrentar desafios como a defesa de um Plano Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, a readequação das normativas da vigilância

sanitária e controle social sobre a publicidade de alimentos, hoje marcadamente voltados para o atendimento, assim como a adequação das unidades produtivas para o enfrentamento do problema.

A história dos movimentos de mulheres e a própria experiência da FASE tem mostrado que nos locais onde as mulheres estão mais organizadas, seu poder de negociação de propostas de políticas que atendam seus interesses e as possibilidades de serem reconhecidas como sujeitos de direitos são maiores. Nas cidades são mais fortemente impactadas pelas grandes obras, mas ao mesmo tempo tendem a se mobilizar mais pelos direitos sociais como moradia, saneamento e água.

No plano econômico, embora venha crescendo o número de organizações e grupos produtivos de mulheres no campo, permanecem fortes desafios que precisam ser superados para a construção de maior autonomia econômica das mulheres e mudanças no seu papel social, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania. Sua participação em programas de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, é baixa, 23% em média, sendo menor ainda em regiões como a Amazonia. As agricultoras tem dificuldade de participar de programas de comercialização e ações de assistência técnica para a promoção da agroecologia, em razão das atribuições sociais de gênero, expressas nas resistências intrafamiliares, mas também de muitas organizações mistas e também em razão das exigências dos instrumentos de acesso às políticas públicas como documentação para formalização de contratos, documentação da terra, acesso à conta bancária e outros que marcam sua invisibilidade ou anonimato.

Por isso temos a tônica do trabalho da FASE voltada para a organização e formação em direitos para as mulheres, no campo e na cidade, pois considera este também um caminho para enfrentar as diferentes formas de discriminação e violência contra as mulheres .

Rio de Janeiro

Atualmente, a área central do Rio de Janeiro, especialmente a zona portuária (bairros da Saúde, Gamboa, Morro da Providência e Santo Cristo), onde residem cerca de 20 mil pessoas, passa por profundas transformações urbanísticas. Com isso, a população que vive em precárias condições habitacionais (ocupações, cortiços, moradias em áreas inadequadas ou sem infraestrutura urbana adequada etc) e que tem baixo poder aquisitivo, é pressionada a sair desses locais para passar a morar em bairros distantes da cidade do Rio de Janeiro ou em outros municípios da região metropolitana do estado. O procedimento adotado pelo governo, para remover as famílias, limita a possibilidade de continuarem a viver nas áreas centrais da cidade. Essas famílias, historicamente, tiveram os meios de acesso à moradia descente bloqueado, razão que fez com que milhares de famílias residissem em áreas impróprias engrossando o número do déficit habitacional brasileiro.

Frente a essa realidade, outra solução encontrada pelas famílias com baixa ou nenhuma solvência econômica foi a de ocupar áreas centrais da cidade que facilitam a mobilidade, o trânsito até o trabalho, aquisição de renda e possibilidade de fruir, de alguma maneira, de serviços e equipamentos públicos. No entanto, atualmente, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro adota medidas antidemocráticas (não apresentam e pouco menos discutem com a população os projetos), agrava a desigualdade socioeconômica e a segregação socioterritorial ao expulsar as famílias das áreas centrais. As alternativas apresentadas pela prefeitura às famílias, com indenização da casa, aluguel social ou realocação para bairros distantes, são inadequadas. Elas evidenciam o propósito da prefeitura de transformar a área central da cidade para atender setores econômicos e aquelas famílias com alto poder de compra.

Cada vez mais, as famílias pobres são transferidas para bairros distantes 40 km, aproximadamente, do local de trabalho, São nesses bairros (zona oeste da cidade), distantes do centro econômico da cidade, que estão cerca de 80% dos empreendimentos Minha Casa, Minha Vida (programa habitacional do governo federal). Esse procedimento executado pelo poder público, que aproveita da proximidade dos grandes eventos esportivos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016), intensifica a segregação socioterritorial e privatiza o espaço público, através das parcerias com agentes econômicos privados. No bojo dessa ação, o governo não apresenta um projeto inclusivo, não debate com a população diretamente afetada, desrespeita ou desconstrói a legislação urbana, entre outras graves violações ao direito à moradia. Ao seguir esse caminho, a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo a região central, será extremamente elitizada, em que a população, com rendimento médio de até três salários mínimos, ficará bem longe. Portanto, a nossa principal ação é garantir que essa população tenha direito à moradia de qualidade, continue a residir onde sempre esteve, ou, no máximo, seja transferida para áreas próximas.

É importante destacar que homens e mulheres são afetados negativamente por esses projetos urbanísticos. De acordo com a legislação nacional (Estatuto da Cidade), projetos com essa característica e formato, no caso da área portuária o governo municipal realiza uma Operação Urbana Consorciada, deveria dispor de recursos para o atendimento econômico e social da população diretamente afetada. No entanto, o governo ao não efetivar esse procedimento garantido na legislação contribui para o aprofundamento da pobreza e desigualdade dessas famílias.

Quando analisamos esses efeitos, a partir de uma perspectiva de gênero, constatamos que os constrangimentos são elevados para as mulheres. No Morro da Providência, por exemplo, de acordo com dados socioeconômicos do IBGE de 2010, dos 1.237 domicílios registrados naquela favela, 49,6% desses domicílios tem como principal provedora econômica a mulher. Além disso, a pesquisa diagnosticou que essas mulheres moram em precárias condições. Pois, mesmo dentro da favela, a diferenciações no acesso aos precários serviços. Nesse caso, as mulheres ficam expostas à precariedade habitacional extrema. E indistintamente, parte considerável das pessoas obtém rendimentos no trabalho informal. São pessoas que vivem do comércio de venda de pequenos bens, nas ruas; empregadas para serviço doméstico em áreas nobres da cidade; trabalhadores na construção civil; central de telemarketing; profissionais do sexo etc.

Tendo em viata a situação descrita, a FASE Rio terá suas ações concentradas na Causa 1.

Pernambuco

A situação precária das moradias, associadas à insegurança dos seus moradores é hoje um dos maiores problemas da Região Metropolitana de Recife (RMR). No período do inverno, com a chegada das chuvas, o medo das enchentes/alagamentos e o risco de desabamentos são parte do cotidiano. Essa situação impulsiona a ação dos movimentos populares urbanos por moradia. Com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMVE) podemos constatar que houve um aumento na oferta de habitações de interesse social na região. Os movimentos vem, paulatinamente, se capacitando para acessar esses recursos. O Programa, ainda que tenha muitas limitações é uma alternativa concreta para enfrentar o déficit habitacional no segmento popular de mais baixa renda. A FASE vem procurando contribuir na formulação de propostas que possibilitem o aperfeiçoamento do MCMVE. As mulheres são a grande maioria dos que integram a luta pela moradia digna e, na maioria dos casos, constituem os núcleos operacionais do MCMVE na RMR.

As mudanças climáticas que vem impactando Pernambuco, especialmente no agreste e sertão do estado, caracterizada pela estiagem prolongada, causou muito estrago na economia local, com perdas

de lavoura e morte do gado. Fome e sede, mais uma vez, são parte do cenário da população mais pobre. Os efeitos se estendem a outras regiões, inclusive a RMR que novamente passou a adotar o racionamento e viu os preços dos alimentos dispararem. As mulheres são as mais afetadas pela estiagem pois assumem a condição de cuidadora e, em muitos casos, provedora da família, cuidando da casa e dos filhos, buscando água em lugares distantes. Também as mulheres pescadoras dessas regiões são, da mesma forma, impactadas com a drástica redução no volume de águas nos açudes, rios e riachos, acarretando o desaparecimento dos peixes, fonte de alimentação e renda.

No caso específico da RMR, grandes obras/empreendimentos vem impactando negativamente a vida nas cidades que começam a enfrentar as mazelas sociais dos grandes centros urbanos: favelização crescente, prostituição, aumento da criminalidade e violência, drogas. Nesse contexto de precarização nas condições de vida, aumenta a necessidade de se empreender lutas para ampliar as políticas públicas que favoreçam a inclusão social, especialmente das mulheres, inclusive aquelas voltadas para a geração de emprego e renda.

Tendo em viata a situação descrita, a FASE PE terá suas ações concentradas nas causas 1 e 4.

Mato Grosso

No Mato Grosso, como vimos a cima, predomina o modelo de produção baseado na monocultura. Este modelo gera uma grande concentração da propriedade da terra, reduz a biodiversidade, a produção de alimentos diversificados e a quantidade de água disponível. Além disso, contaminam o solo, o ar e as águas, como consequência das extensas áreas de desmatadas e do uso intensivo de agrotóxicos.

A agricultura familiar, grupo social com o qual a FASE trabalha diretamente, tem a cada ano seus territórios mais ameaçados e são deslocados à margem deste modelo econômico. Os problemas enfrentados pela agricultura familiar são relativos à regularização fundiária, à ausência de infraestrutura, de regularização ambiental, de assistência técnica e de políticas agrícolas para financiamento da produção e comercialização. Estes problemas são encontrados, tanto em assentamentos da reforma agrária, quanto em territórios de comunidades tradicionais, que em muitos casos vêm inviabilizando a permanência de muitas destas famílias em suas terras.

A situação da maior parte dos assentamentos de reforma agrária é de abandono pelo poder público, sendo o acesso aos serviços básicos e as políticas públicas, de uma forma geral, bastante precário. A qualidade do solo também é ruim, assim como o acesso à água é escasso. Apesar desse cenário adverso e de negação e desconstrução de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da população do campo, em assentamentos aonde vem sendo desenvolvidas hortas agroecológicas e implantados sistemas agroflorestais, os agricultores e agricultoras relatam melhorias na fertilidade do solo²³.

A FASE MT terá suas ações concentradas nas causas 2, 3 e 4.

Bahia

Durante décadas, o setor da agricultura familiar, apesar de ser a maioria social no estado da Bahia não conseguiu se transformar em maioria política, e nem merecer a devida atenção por parte de sucessivas administrações governamentais.

Os agricultores familiares dos 11 municípios onde iremos atuar, compartilham de toda a problemática que caracteriza o setor como i) minifundiarização e dificuldades de acesso à terra; ii) entraves logísticos - inexistência ou péssimas condições de estradas, ramais e armazéns - e legais à

²³ Ver relatório de avaliação de Misereor.

comercialização de sua produção - informalidade jurídica, não enquadramento nas normas da vigilância sanitária; iii) masculinização e envelhecimento da população rural; iv) endividamento bancário; v) insuficiência, má qualidade ou ausência de políticas públicas específicas; vi) ameaças causadas pelo avanço do agronegócio e suas monoculturas; vii) contaminação crescente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos; viii) dependência de insumos e pacotes tecnológicos externos à propriedade e que causam degradação ambiental. Enfrentam ainda desafios bem maiores para se reproduzirem socialmente, conquistarem autonomia econômica, inclusão social e expressão política, devido à formação histórica da Bahia, e desta região em particular. Mais de 3 séculos de regime escravista; concentração fundiária e favorecimento governamental à monocultura exportadora do cacau; décadas de autoritarismo político personificado nas práticas do coronelismo e da violência latifundiária; altos índices de analfabetismo e ausência de oportunidades de escolarização formal no meio rural; são apenas algumas características agravantes do contexto que obstruíram as possibilidades de exercício da cidadania por parte da população identificada como Agricultura Familiar.

Registre-se, ainda, que a grande maioria das propriedades familiares foi confinada nas áreas de relevo mais acidentado, o que dificulta não só a atividade produtiva, mas também a existência, qualidade e manutenção de estradas e ramais essenciais para viabilizar escoamento da produção e acesso a serviços públicos. Embora mais diversificada do que a agricultura patronal, predominantemente monocultora, ou dedicada à pecuária bovina, as propriedades familiares também foram forçadas a depender muito da lavoura do cacau, e incentivadas, mais recentemente, a adotarem outras monoculturas de exportação (guaraná; cravo). As lavouras de banana e de mandioca também são muito importantes no contexto econômico da região.

Pressionados pela insuficiência de renda possível de ser auferida diretamente de práticas agrícolas em suas exíguas propriedades familiares, verifica-se que uma parcela significativa dos homens busca trabalho assalariado nas propriedades vizinhas, contratado precariamente, por períodos intermitentes. As mulheres cuidam da casa e assumem trabalhos produtivos nos quintais, onde têm criatórios de aves, e/ou de porcos, e pequenas hortas. Jovens de ambos os sexos são pressionados a migrarem, e se verifica paulatino envelhecimento das comunidades.

A FASE BA irá concentrar suas ações nas causas 2, 3 e 4 da FASE.

Espirito Santo

O boom do Pré-Sal e da indústria petroleira e a expansão territorial e tecnológica do complexo do eucalipto papel celulose provocam novos e aprofundam os graves impactos sociais e ambientais no Espírito Santo. Afetam diretamente a vida, o trabalho, o território e a segurança alimentar de camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores, trabalhadores dos plantios de eucalipto e dos complexos petroleiro e celulósico. Também afetam cotidianamente a vida de toda a sociedade no Norte, no Sul do Estado, bem como na região metropolitana de Vitória.

Cercados por eucaliptos da Aracruz Fibria Celulose e da Suzano Celulose, os afro-quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra representam uma tradição ancestral, de matriz africana, severamente ameaçada seja pela devastação de seu território, pela semi-aridização do clima, pela aplicação de herbicidas e inseticidas nos eucaliptais, seja pela insegurança alimentar. Das cerca de 12 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte nos anos 70, antes dos eucaliptais, apenas 1.200 resistiram à devastação da Mata Atlântica e de seu habitat de vida. O eucaliptal destruiu as condições de sobrevivência dessa população. Uma dívida social e ambiental até hoje sem justiça.

Hoje, nas 32 comunidades do Sapê, boa parte dos jovens vive da madeira e dos resíduos do eucalipto, que usam na produção de carvão vegetal, em um sistema de trabalho desumano e irregular, provocando ora criminalização pelo Estado, ora fragmentação intercomunitária ou mesmo no interior das próprias comunidades e famílias, na disputa por resíduo de madeira. A agricultura e a criação de pequenos animais subsistem, nos quintais e nas pequenas áreas em litígio com o eucalipto, com papel relevante para mulheres e para os mais idosos, acima dos 50 anos, pois a migração de jovens é intensa, em direção às cidades da região. Em 2009, o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana, ligado à Presidência da República, reconheceu a situação de insegurança alimentar e nutricional deetas populações.

Comparados a seus vizinhos, agricultores familiares, indígenas e trabalhadores rurais sem terra, os quilombolas iniciaram muito tarde sua organização inter-comunitária, principalmente pelo isolamento das comunidades em meio ao eucaliptal, pela repressão do Estado ditatorial e mais recentemente pelos movimentos racistas dos latifundiários da região, notadamente o Movimento Paz no Campo. Formada em 2005, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte agrega jovens quilombolas (notadamente mulheres), boa parte oriundos do trabalho, iniciado em 2004, de educação popular e formação de lideranças, onde a FASE ES teve importante presença, através do projeto “Escola Quilombola de Educação Política e Ambiental”. Entretanto, a luta de reconquista territorial e por políticas públicas segue com enormes dificuldades, principalmente pelo desinteresse do Estado subordinado às grandes corporações do eucalipto (apenas a comunidade de Serraria/São Cristóvão recebeu o Decreto do INCRA oficializando o seu direito ao território quilombola, no final de 2010). Enquanto se posterga o direito à terra, algumas comunidades, a partir de 2010, iniciam um processo de retomada, de pequenas áreas de eucalipto pós-corte, na imediata vizinhança dos quintais e dos centros comunitários. Através de grandes mobilizações comunitárias e inter-comunitárias, os quilombolas organizaram mutirões de plantios de alimentos e mata atlântica, literalmente em áreas de toco de eucalipto. A partir de 2012, em parceria com o SAAP, foram criados dois Fundos Rotativos Solidários da Agroecologia Quilombola, com o objetivo de fortalecer os experimentos de transição agroecológica e a segurança alimentar, reunindo inicialmente 20 famílias das comunidades quilombolas de Chiado, Diló, Nova Vista e Angelim. A agricultura quilombola já tem contribuído com a soberania alimentar, mas pode ganhar maior sustentabilidade, na disputa por políticas públicas. como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como no fortalecimento de estratégias autônomas de comercialização nas feiras públicas locais.

Ao contrário do eucalipto, já instalado há 40 anos sobre os territórios, o complexo petrolero está em plena instalação. A mais de 200 km da costa, em profundidades acima dos 4 mil metros, o pré-sal no Espírito Santo projeta explorar mais de 12 bilhões de barris (as atuais reservas nos campos do pós-sal são de 1,2 bilhão de barris), atrai petroleiras de todo o Norte, e redesenha cidades e municípios litorâneos com investimentos previstos acima de 40 de bilhões de dólares e promessas de royalties e as mais variadas formas de políticas de compensação, para o Estado, para os demais complexos corporativos, para a sociedade civil em geral. Em estrito senso, não existe propriamente nenhum tipo de problematização mais profunda e politicamente articulada sobre os riscos de impactos e o significado do pré-sal no Espírito Santo, embora haja alguma resistência, dispersa e pontual, politicamente desarticulada, na vizinhança das diversas edificações em terra, na costa e no mar, ao longo dos dutos que cortam todo o Estado, de Norte a Sul, em sentido paralelo à costa.

Para além da ficção petrolera, a campanha do “Petróleo é nosso!” pouco tem perguntado pelas consequências de um aprofundamento da lógica petrolera na sociedade brasileira e capixaba em

particular. Os riscos de vazamentos a 6 mil metros de profundidade (tal como o da BP no Golfo do México), as plataformas, sob segurança nacional, interditando o acesso de pescadores tradicionais, os dutos cruzando comunidades rurais e florestas. Afora questões mais gerais sobre uma sociedade que se aprofunda na exploração e queima de combustível fóssil, em um cenário de crise climática e civilizatória.

A FASE Espírito Santo irá abarcar todas as causas da FASE.

Amazônia

Toda base geográfica do Programa Amazônia no Baixo Amazonas e no Baixo Tocantins sofre pelo ritmo acelerado do capital na busca pelo acesso às terras e aos recursos naturais e confronta de modo acentuado os núcleos dos povos tradicionais nas áreas de atuação da Fase. Em contraposição, os projetos de conservação da natureza propostos pelo Estado e pelas empresas estão baseados em instrumentos como mercado de carbono que subordinam e retiram a autonomia das populações tradicionais. O avanço do monocultivo das culturas de dendê e soja, com a degradação dos recursos da biodiversidade, provoca a insegurança alimentar e nutricional das famílias agroextrativistas como se constata em relação a:

- Redução das possibilidades de acesso aos alimentos de forma satisfatória e de qualidade, forçando a mudanças nos padrões de consumo. Alimentos típicos vão sendo substituídos por alimentos industrializados, interferindo na identidade cultural alimentar;
- Aumento do êxodo rural ou da dependência das famílias agroextrativistas aos programas sociais do governo como Bolsa Família;
- Contaminação do solo e da água pelo uso dos agrotóxicos, comprometendo a capacidade produtiva e manejo dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos e da água;

Esse quadro se agrava ainda mais pelas dificuldades de acesso às políticas públicas, em razão dos instrumentos burocratizados e inadapitados à região e as suas populações como a emissão do Documento de Aptidão (DAP) ao PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), indispensável para o acesso aos programas de mercados institucionais como PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar.

A proposta dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Território da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que buscava aproximar a sociedade civil e o Estado para o levantamento e planejamento de ações frente aos principais desafios dos territórios, não conseguiu alavancar em seus propósitos, mantendo-se distanciada de questões centrais como a regularização fundiária.

Por outro lado, o não acesso a redes e serviços urbanos integram uma experiência social de injustiça ambiental, associada às desigualdades e assimetrias regionais, constituídas na dinâmica urbana que identificamos e nomeamos como periurbana e que não tem no aparelho institucional e jurídico nacional respaldo.

A política habitacional em curso, apesar dos significativos investimentos públicos é um paradoxo, visto que os recursos não estão voltados proporcionalmente para as famílias de faixa de renda até três salários mínimos, faixa onde se concentra 90% do déficit habitacional no Brasil. O Programa Minha Casa Minha Vida, que foi negociado com um grupo de onze grandes empresas nacionais do setor, segue a lógica da padronização nacional. As unidades construídas na região não respeitam os parâmetros mínimos de tamanho e não consideram a possibilidade de uso dos quintais para atividades

produtivas, a arborização, a adequação climática nos materiais e desenho arquitetônico, além de se situarem longe a rede de serviços e equipamentos públicos ofertados.

No plano da participação e controle social das políticas há uma avaliação sobre o esvaziamento dos colegiados, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Conselho das Cidades, com os movimentos sociais, de uma forma geral, estão vazios de crítica; e os conflitos urbanos em torno de moradia, estão esvaziados de seu objeto.

Dirigindo um olhar especificamente para as mulheres, constatamos que as dificuldades identificadas em nossas áreas de trabalho referentes a sua participação em todas as dimensões do seu trabalho, seja na vida cotidiana das organizações, seja na sua presença nos cargos e postos de tomada de decisão, seja ainda na falta de visibilidade do seu trabalho produtivo podemos sentir a força do patriarcado e do machismo na criação desses obstáculos. Do ponto de vista mais concreto vemos que em decorrência desse pressuposto nos confrontamos diariamente com a dificuldade de envolvê-las mais diretamente nas pautas sindicais e econômicas mais amplas (burocracia para acessar DAP, cooperativas com pautas que não as integram como produtoras, problemas de falta de acesso e titularidade da terra).

Do ponto de vista das políticas públicas para as mulheres embora já se conte com um Plano Nacional que incorpora diversas conquistas e outras demandas históricas, há uma baixa execução desse plano e em geral não destinam adequadamente recursos financeiros para o atendimento pleno de seus direitos e nem para o controle social que operem diretamente sobre a superação dos níveis de violência doméstica, de falta de crédito, de atendimento diferenciado aos problemas de saúde dentre outros.

A FASE Amazônia irá abarcar todas as causas da FASE.

4. Grupos Alvo (Ver anexo – Descrição do público alvo)

Por favor, forneça informação diferenciada sobre os grupos alvo (diretos e indiretos, caso que existam). Informe detalhadamente sobre:

Os ‘Grupos Alvo’ do presente projeto referem-se a indivíduos, famílias, organizações, associações, federações, e demais espaços de articulação (institucionalizados ou não) junto aos quais a Fase desenvolve ações diretas (atividades formativas, acompanhamento técnico, projetos demonstrativos, assessorias, campanhas, consultorias, dentre outras), a saber:

- ✓ **Cerca de 11.000 indivíduos:** dentre trabalhadores sem terra, pequenos /as produtores / as, lideranças comunitárias e militantes do campo e da cidade, mulheres dos setores populares urbanos e rurais, pescadores /as, povos indígenas, quilombolas, jovens e crianças em situações de risco social. Destes, 57% são mulheres e 43% são homens, com média de idade entre 16-70 anos;
- ✓ **2.400 famílias** de pequenos produtores, agroextrativistas, posseiros, comodatários e assentados da reforma agrária. Praticam agricultura familiar e/ou extrativista e pequenas criações, tanto para comercialização como para subsistência. Em média são formadas por 4 a 6 pessoas. Algumas famílias estão organizadas em associações, grupos produtivos e/ou cooperativas, e destas algumas já acessam os programas PAA e o PNAE. As famílias de áreas urbanas e periurbanas possuem renda mensal de até três salários mínimos, com insuficiente acesso a serviços e equipamentos públicos e escolaridade média de ensino fundamental.

Associações, cooperativas, grupos de produção e demais espaços de articulação. Aqui estão **461** famílias que não foram contabilizadas acima para não gerar duplicidade de informação. Dito isso temos:

- ✓ 02 cooperativas (todas no Pará) e 1 Federação de cooperativas:
 - COFRUTA - Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba, com 74 famílias;
 - CAEPIM- Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri, com 20 famílias;
 - FECAFES - Federação das Cooperativas agricultura Familiar e Economia Solidária, com 104 famílias.

- ✓ 04 associações e 01 conselho intercomunitário:
 - Associação Centro Mutirão, com 50 famílias (Pará);
 - ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos com 132 famílias (Mato Grosso);
 - ARPEP – Associação Regional das produtoras extrativistas do pantanal (Mato Grosso);
 - AMGLO- Associação Intercomunitária de Moradores e Trabalhadores Rurais Agroextrativas do Projeto de Assentamento Aruã (Pará);
 - COIAB- Conselho Intercomunitário Indígena Arapiuns Borari, com 61 famílias (Pará)

- ✓ 05 grupos de produção (todos em Mato Grosso), a saber:
 - Grupo das Margaridas – Assentamento Margarida Alves;
 - Grupo de agroextrativismo Amigas do Cerrado do Assentamento São José, com 08 famílias;
 - Grupo Natureza viva/ Associação Flor do Ipê Assentamento Bom Jardim;
 - Grupo Amigas da Fronteira -Assentamento Corixinha;
 - Grupo Frutos da Terra - Comunidade tradicional Nossa Senhora da Guia com 12 famílias.

O grupo alvo indireto é composto por indivíduos, famílias, organizações, associações etc, e referem-se estimativamente àqueles que são atingidos indiretamente pelo impacto do nosso trabalho direto, ou seja, àqueles que vivenciam mudanças reais, seja em virtude da ação do nosso público alvo direto, seja das políticas públicas conquistadas junto aos governos no âmbito federal, estadual e municipal.

Além disso, a FASE atua em diversos espaços de articulação da sociedade civil, como redes e fóruns, e de incidência em políticas públicas, como conselhos setoriais (ver anexo – Relações Institucionais).

5. Efeitos diretos previstos

Objetivo geral

A contribuição para a elaboração de proposições críticas ao modelo de desenvolvimento e para a efetivação de alternativas ampliaram a sustentabilidade ambiental e diminuíram os processos de violação dos direitos das populações locais rurais e urbanas.

Componente	Objetivo	Indicador	Atividades
1. Direito a Cidade com Justiça Socioambiental	A ação articulada dos sujeitos políticos em prol da justiça socioambiental nas cidades está ampliada e fortalecida.	1. Ampliação em 25% das atividades conjuntas desenvolvidas por redes, fóruns e movimentos sociais do campo da reforma urbana e justiça ambiental.	<ol style="list-style-type: none">1. Produção de subsídios e materiais pedagógicos que contribuam para inclusão na plataforma da reforma urbana de questões relacionadas às mudanças climáticas, justiça ambiental e sustentabilidade, e segurança alimentar.2. Desenvolver atividades de formação e capacitação de lideranças de movimentos sociais utilizando, entre outras, a metodologia de construção de mapas de conflitos socioambientais.3. Implementar atividades de formação modular em parceria com universidade e grupos/organizações populares, que contribuam para uma análise crítica das mudanças urbanas na metropolitana do Rio de Janeiro.4. Oportunizar e participar de intercâmbios entre os fóruns de Afetados pelo petróleo e gás do Espírito Santo, dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG / RJ), o Fórum Suape Socioambiental de (PE) Pernambuco, com parceiros da RBJA, do Forum Mudanças Climáticas e Justiça Social e de Oilwatch Sudamérica.5. Produzir e publicar estudos, com produção de audiovisuais,

			<p>materiais de divulgação e formação, que relacionem cidade e extrativismo industrial e evidenciem a insustentabilidade ambiental da atual expansão das atividades de extrativismo industrial, a reorganização econômica cidades de mineração e impactos urbanos e socioambiental desta indústria no território.</p> <p>6. Acompanhamento e incidência nos espaços de controle social (Conselho das Cidades - nacional e estaduais PA e PE; e Conselho Nacional de Juventude), de articulação de movimentos sociais (Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fóruns regionais de Reforma Urbana – PE e PA; FAOR, Fórum Comunitário do Porto – RJ, Comitê Popular da Copa – PE e RJ, Fórum de Mulheres – PA e PE, Fórum SUAPE Socioambiental) e em redes internacional e/ou seus GT urbanos (AOLP, Rede de Orçamentos Participativos, Rede Internacional de Saneamento e PAD).</p>
		<p>2. 20 processos sociais de resistência e denúncia de violação de direitos socioambientais efetivados nos territórios de atuação da Fase.</p>	<p>1. Acompanhamento e produção de conhecimento sobre os impactos em populações urbanas dos megainvestimentos de desenvolvimento e dos mega eventos esportivos nas regiões metropolitanas de Belém, Recife e Rio de Janeiro.</p> <p>2. Apoio e acompanhamento dos grupos e movimentos sociais em resistência nos territórios impactados por megainvestimentos de desenvolvimento e dos mega eventos esportivos nas regiões metropolitanas de Belém, Recife e Rio de Janeiro.</p> <p>3. Acompanhamento e produção de estudos de caso e cartografia de impactos urbanos e socioambientais e monitoramento das rodadas de licitação da ANP, produção de material informativo e de campanha por “Áreas livres de Petróleo”.</p>

			<p>4.Participação no Fórum SUAPE Socioambiental, nas atividades de planejamento, implementação de estratégias e atividades que promovam a exigibilidade de direitos, denúncias de conflitos de ordem socioambientais e alternativas de desenvolvimento no território.</p> <p>5.Desenvolvimento e sistematização de estudos de Cartografia Socioambiental, com os seguintes temas:</p> <p>a. Mobilidade Urbana, cicloativismo, passe livre e transporte público.</p> <p>b. Políticas de desenvolvimento e áreas de Sacrifício na cidade: vizinhanças das instalações industriais, portuárias e logística.</p> <p>c. As cidades do eucalipto e do petróleo no ES e suas fronteiras, ao norte do RJ e extremo sul da BA.</p> <p>d. Conflitos e injustiças ambientais junto a Recicladores.</p> <p>e. Mobilizações e Conflitos na Cidade.</p>
		<p>3. 30% das políticas públicas, planos e programas incorporam a dimensão da justiça socioambiental em sua formulação e implementação.</p>	<p>1. Participação nas Conferências e Conselhos das Cidades para contribuir na construção e implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.</p> <p>2.Participação nas Conferências de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente em Pernambuco.</p> <p>3.Assessoria à CECORPE - Central de Cooperativas de Recicláveis de PE, constituída por 11 cooperativas de 06 municípios da RMR.</p> <p>4.Assessoria aos movimentos populares urbanos de moradia em PE, que acessaram o Minha Casa Minha Vida Entidades, com a finalidade de produção de habitação de interesse social.</p>

			<p>5. Participar da Campanha de Revisão dos Planos Diretores no Pará com intuito de inclusão de propostas da Plataforma dos Municípios Periurbanos.</p> <p>6. Participar da pesquisa sobre implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em 5 municípios do PA e contribuir nas análises sobre os impactos urbanos e ambientais.</p>
<p>2. Promoção da Soberania, da Segurança alimentar e nutricional e da Agroecologia</p>	<p>A efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada é ampliada através da dinamização dos circuitos locais de produção e do consumo agroecológico nos territórios de atuação da FASE bem como da incidência nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>	<p>1. Ampliação em 25% das famílias com processos sociais agroecológicos consolidados e com acesso ao mercado institucional de alimentos - através do PAA e PNAE - e outros mercados nas áreas de atuação da FASE.</p>	<p>1. Participação na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no plano nacional integrando a sua coordenação, o grupo de trabalho sobre biodiversidade e o grupo de trabalho mulheres da ANA; e no plano estadual e regional, na Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), no Grupo de Intercambio de Agricultura Sustentável (GIAS/MT), Núcleo de Agroecologia da Rede Cerrado (NACE); na ANA/Amazônia; e em articulações de núcleos no Espírito Santo, para compartilhar processos e experiências no campo agroecológico, intercâmbios entre agricultores experimentadores;</p> <p>2. Participação e organização do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA);</p> <p>3. Assessoria técnica regular e direta, para famílias agricultoras, agro-extrativistas e jovens, ou grupos e núcleos produtivos, em oficinas, cursos, intercâmbio de experiências, baseadas nos princípios metodológicos da Educação Popular e da Agroecologia;</p> <p>4. Apoio a organização dos grupos e núcleos produtivos para a produção e comercialização de alimentos, através do mercado institucional (PAA e PNAE) e outros mercados;</p> <p>5. Realização de eventos de formação, reunindo grupos de representantes de famílias e/ou jovens agricultores assessorados</p>

			<p>pela FASE, para aprofundamento e construção de novos conhecimentos em agroecologia, políticas públicas, comercialização e agroindustrialização;</p> <p>6.Preparação, elaboração de material didático, de roteiros metodológicos e sistematização de experiências em SAN e agroecologia;</p> <p>7.Consolidação e implantação de Fundos Rotativos Solidários da Agroecologia Quilombola, para reconversão da mata atlântica, sementes crioulas, produção e comercialização de alimentos, no Sape do Norte, no Espírito Santo.</p>
		<p>2. 30% das políticas públicas, programas e planos relacionados à agroecologia e segurança alimentar e nutricional, nos âmbitos nacional, regional e internacional aplicam os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada.</p>	<p>1. Atuação em espaços institucionais de concertação e incidência (CONSEA, na função de presidência; grupo consultivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar e participação em conferências nacionais; e espaço institucional de consulta sobre a política externa brasileira);</p> <p>2. Monitoramento e controle social de políticas de SAN com participação no Consea Nacional, Conseas Estaduais de MT e ES e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santarém (PA); participação no Comitê Consultivo do Programa PNAE, no plano nacional, e no Conselho da Alimentação Escolar na Bahia; participação nos Colegiados Territoriais na Bahia e Pará; e Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do CONDRAF.</p> <p>3. Participação na coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e suas comissões temáticas sobre revisão da legislação sanitária para atender às especificidades da agricultura familiar; e Campanha pela</p>

			<p>Regulação da Publicidade de Alimentos;</p> <p>4. Participação no FOSAN-ES e no Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF);</p> <p>5. Articulação com o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH) para diagnósticos dos casos de violação do Direito Humano à Alimentação; participação no Fórum Estadual do Espírito Santo;</p> <p>6. Incidir na consolidação da Política Estadual de Manejo Comunitário do Pará;</p> <p>7. Acompanhamento educativo às organizações comunitárias e grupos de agricultores familiares que disputam acesso a políticas públicas e programas governamentais para aprofundamento e construção de novos conhecimentos sobre o acesso às políticas públicas (PAA, PNAE, Água, Cesta Básica, Bolsa Família);</p> <p>8. Realização de pesquisa de avaliação e monitoramento das políticas públicas relacionadas à alimentação quilombola e pesca artesanal (PNAE, PAA, FUNASA – água quilombola), sobre as sementes crioulas nas comunidades quilombolas, em parceria com CONSEA ES ;</p> <p>9. Incidir sobre as políticas internacionais de cooperação e investimentos brasileiros sobre agricultura, com foco no continente africano, visando resistir ao avanço internacional do agronegócio e fortalecer o apoio aos sistemas da agricultura familiar e camponesa.</p> <p>10. Representação do FBSSAN na Rede Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua</p>
--	--	--	--

			<p>Portuguesa – REDSAN-CPLP;</p> <p>11. Realização de estudos e intercâmbios sobre a agenda de cooperação internacional brasileira, junto à REDSAN-CPLP, UNAC/Via Campesina e outras entidades, fóruns e articulações africanos que lutam pela terra.</p>
		<p>3. 20 organizações sociais que atuam nos territórios rurais e urbanos desenvolvem ações que articulam o direito à cidade com a segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>1. Pesquisa e monitoramento da situação de insegurança alimentar e nutricional nas cidades da Região Metropolitana de Recife;</p> <p>2. Realização de seminários, reuniões, oficinas e intercâmbios envolvendo agricultores/as familiares e redes e fóruns urbanos (gestores e consumidores de mercado institucional, populações em situação de vulnerabilidade social e econômica) para promoção do consumo de alimentos agroecológicos e valorização da agricultura familiar.</p>
<p>3. Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais</p>	<p>As ações em defesa dos direitos territoriais e coletivos estão fortalecidas através da disseminação e do uso das noções de bens comuns e justiça ambiental por parte de redes, articulações e movimentos sociais.</p>	<p>1. Público interessado é informado, através da difusão de 15 dossiês, sobre a violação de direitos causados pela indústria extrativa, empreendimentos energéticos, agronegócio e economia verde.</p>	<p>1. Participação na coordenação nacional e estaduais do ES e MT da Campanha Permanente pela Vida e contra os Agrotóxicos;</p> <p>2. Participação em redes, fóruns, comitês internacionais (Rede OILWATCH, Movimento Mundial de Bosques/WRM e Rede Latino-americana contra os monocultivos de Árvore/RECOMA), nacionais (Rede brasileira de Justiça Ambiental/RBJA, inclusive nos GTs Energia e Mineração e Siderurgia; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a Mineração; Articulação dos Atingidos pela Vale) e regionais (Fórum Mato Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento/FORMAD; Rede Alerta contra o Deserto verde; Fórum da Amazônia Oriental/FAOR; Movimento Xingu Vivo; Articulação dos 4 rios/Madeira, Teles-Pires, Xingu e Tapajós,</p>

			<p>Articulação em Políticas Públicas/APP) que incidem sobre a indústria extrativa, grandes empreendimentos energéticos, agronegócio e economia verde nas áreas de atuação da FASE;</p> <p>3. Produzir estudos e análises sobre o impacto da expansão da mineração sobre direitos territoriais e para a garantia de segurança alimentar e nutricional em áreas de atuação da FASE;</p> <p>4. Produção de subsídios relacionados à crise energética desenvolvendo a consciência crítica com relação a energia limpa, economia verde, mudanças climáticas;</p> <p>5. Intervir educativamente no processo de fortalecimento das comunidades atingidas pelo avanço da mineração na Bahia e Mato-Grosso;</p> <p>6. Desenvolvimento de intercâmbio de experiências entre a unidade nacional de assessoria e as equipes da FASE Mato Grosso e Espírito Santo sobre a problemática dos monocultivos;</p> <p>7. Assessorar a Comissão Estadual Quilombola e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, no Espírito Santo, nas suas mobilizações sociais, reivindicações por regularização fundiária e audiências públicas;</p> <p>8. Criar uma linha editorial, em parceria com Mazza Edições e UFRJ– EXISTIMOS – em três volumes, em linguagem predominantemente literária e jornalística, contando histórias (contos e crônicas) de povos e comunidades tradicionais: quilombolas, povos do mar e pescadores, povos da floresta, agricultores, agroextrativistas, etc, com os quais a FASE atua.</p>
--	--	--	---

		<p>2. 10 redes, articulações e movimentos sociais incorporaram as noções de bens comuns e justiça ambiental como instrumento de suas ações de incidência política.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver estudos e promover articulações que favoreçam a incorporação da noção de bens comuns pelos movimentos sociais em lutas por direitos territoriais e pela democratização do acesso e uso dos recursos naturais; 2. Aprofundamento da metodologia de Avaliação de Equidade Ambiental (AEA) e sua apropriação pelos movimentos sociais. 3. Participar na animação do Grupo Carta de Belém, promovendo sua ampliação regional na Amazônia e dando divulgação maior às temáticas tratadas em relação a defesa dos direitos dos povos tradicionais; 4. Participação e aprofundamento do debate sobre PSA no Grupo Carta de Belém. Inclusão do debate sobre PSA junto a ANA. 5. Aprofundar os indicadores do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais da floresta amazônica na perspectiva da qualidade de vida dos povos tradicionais, da importância da agricultura familiar e camponesa, das cidades sustentáveis e a manutenção da biodiversidade da floresta amazônica. 6. Produção e execução de um Programa de Formação Permanente desenvolvendo módulos temáticos relativos à Justiça Ambiental, Mudanças Climáticas e Bens Comuns; 7. Promoção de um Seminário Regional de aprofundamento da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável a partir da compreensão do significado de Bens Comuns na disputa por territórios em andamento na Amazônia, com a produção e lançamento de um número especial da Revista Proposta a nível nacional e internacional, das reflexões desenvolvidas neste
--	--	--	---

			Seminário, somando-se a reflexões produzidas nos encontros de Cochabamba.
		3. Ampliação em 30% da incidência de redes, articulações e movimentos sociais sobre os programas e políticas públicas de cooperação e investimentos internacionais brasileiros.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incidir nas negociações internacionais e sobre processos nacionais de elaboração ou alteração de marcos regulatórios relacionados a mudança climática (economia verde) e mineração. 2. Desenvolver mapeamento sobre experiências internacionais de definição de áreas livres de atividades extrativas minerais (petróleo e mineração), com vistas a subsidiar a Campanha por Áreas Livres de Petróleo (FASE e parceiros) e a ação do Comitê em defesa dos territórios frente a mineração e os GTs da RBJA cuja agenda se relaciona ao tema.
4. Organização das mulheres como sujeitos de direitos (em revisão)	Fortalecer as organizações das mulheres em situação de violação de direitos, com ampliação de sua participação social, visibilidade e valorização do seu trabalho e seu empoderamento como agentes políticos e econômicos.	1. 426 trabalhadoras urbanas, agricultoras, quilombolas, pescadoras, agroextrativistas experimentadoras e multiplicadoras formadas, para qualificação da sua participação em 14 organizações comunitárias, sociais e econômicas, com o fortalecimento de sua auto-organização e autonomia econômica.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões e oficinas com os grupos comunitários de mulheres no Pará, Pernambuco, Mato-Grosso, Bahia e Espírito Santo; 2. Acompanhamento educativo de grupos de mulheres apoiados pelo SAAP/FAE, na perspectiva de constituição de uma rede de mulheres organizadas na luta por direitos e inclusão social e econômica, desenvolvendo experiências de produção e comercialização. 3. Formação sobre organização social e econômica.
		2. XX mulheres engajadas em organizações mistas e conselhos setoriais para a defesa de políticas e ações específicas para elas, em	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ações de fortalecimento e capacitação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Belterra/PA; 2. Realização de Rodas de conversas temáticas com mulheres em exercício de liderança nos Conselhos, STTRs, Cooperativas e

		XX municípios, nos estados XX.	<p>associações mistas e de mulheres nas áreas de atuação da FASE;</p> <p>3. Realização de atividades de formação com metodologias e conteúdos voltados ao fortalecimento da ação política de mulheres e jovens.</p> <p>4. CNCF ???</p>
		3. Ter estimulado a articulação e intercâmbio de experiências de resistência e de construção de alternativas das mulheres nos territórios de atuação da FASE constituída, em diálogo com as plataformas feministas.	<p>1. Estudos de casos de mulheres afetadas pelos complexos industriais em PE e ES.</p> <p>2. Acompanhamento do planejamento e implementação de estratégias e atividades de redes e fóruns estaduais e regionais de mulheres (Rede de Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata/REDHUMA, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense/FMAP e Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia/REMER);</p> <p>3. Coordenação e participação nas atividades de intercâmbio, sistematização de experiências e formação do GT Mulheres da ANA;</p> <p>4. AMB???, MMM???</p>

Fundos de Pequenos Projetos

Componente	Objetivo	Indicador	Atividades
SAAP	Grupos e organizações populares, em especial de mulheres e jovens, estão fortalecidos em suas dimensões organizacionais e políticas.	1. 60 grupos e organizações populares de mulheres desenvolvem ações articuladas de defesa de seus direitos e inclusão social e econômica.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar, apoiar e acompanhar projetos sociais elaborados e geridos por organizações populares, prioritariamente de mulheres e jovens 2. Acompanhamento da execução dos projetos apoiados e educativo às organizações populares por território dialogando com as políticas públicas e programas governamentais. 3. Articular e promover a troca de experiências de grupos populares de um mesmo território 4. Assessorar iniciativas populares em resposta as suas próprias necessidades respondam às necessidades emergentes e urgentes de grupos sociais 5. Produzir e divulgar materiais subsidiários relativos às atividades desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Fundo, através da sistematização de conhecimento.

		<p>2. 20 grupos e organizações populares de mulheres e 20 grupos e organizações populares de jovens realizam atividades de intercâmbio e articulação em torno de causas comuns.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico/Mapeamento da situação dos Fundos Solidários no RJ 2. Produção e execução de um Programa de Formação (construção metodológica, produção de material didático) 3. Assessoramento técnico para a qualificação da gestão e da sustentabilidade socioeconômica dos Fundos Solidários e empreendimentos solidários, pautada nos princípios da Educação Popular e da Economia Solidária. 4. Realização de seminários, reuniões, oficinas e intercâmbios envolvendo os Fundos solidários, redes e fóruns da Economia solidária para compartilhar experiências, planejar estratégias de atuação estadual, visando fortalecer os atores da Economia Solidária e as finanças Solidárias a partir dos resultados produzidos pelos fundos.
		<p>3. 10 fundos solidários implementados e fortalecidos se articulam e ampliam seu acesso a política pública de finança solidária.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhamento e participação nas atividades da Rede Nacional de finanças solidárias 2. Acompanhamento e participação nas atividades na Rede latino Americana de Fundos de Apoio a Pequenos Projetos 3. Acompanhamento e participação nas atividades da Rede de Fundos Autônomos 4. Acompanhamento de fundos públicos voltados para as iniciativas populares, com prioridade as relacionadas as mulheres e jovens; 5. Mobilização de recursos de indivíduos para apoio aos

			projetos do fundo
FUNDO DEMA	Fortalecer organizações e movimentos sociais dos povos da floresta na Amazônia paraense no combate ao desmatamento e uso predatório dos recursos naturais .	1. 65% de projetos apoiados pelo FD com ações específicas ligadas a agroecologia, segurança alimentar, combate aos agrotóxicos e pela Justiça Ambiental e Climática.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação de material didático para Oficinas de Elaboração, Gestão e Monitoramento de projetos das Chamadas Públicas (Geral, Quilombola e Chamada do FIX); 2.Preparação e participação nas reuniões deliberativas dos Comitês Gestores (Geral, Quilombola e FIX); 3.Realização de Oficinas de Elaboração, Gestão e Monitoramento de projetos socioambientais; 4.Lançamentos das Chamadas Públicas (Geral, Quilombola e FIX) na parceria com FA; 5.Preparação e lançamento do Edital do Fundo Dema-Fiduciário; 6.Recebimento, triagem documental e monitoramento da validação dos projetos diante do Fundo Amazônia (licença ambiental, liberação de certidões e das doações financeiras); 7. Realização de encontros /oficinas de consolidação dos indicadores de Resultados e Impacto e do Plano de monitoramento; 8.Monitoramento da elaboração, execução e avaliação dos projetos comunitários encaminhados.
		2. Fundo Dema reconhecido como instrumento de Justiça Ambiental e Climática.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração e execução do Plano de Comunicação para projeção externa do FD; 2. Elaboração participativa de 06 publicações;

			<p>3. Manutenção da atualização do site do FD e outras mídias sociais;</p> <p>4. Realização de Seminário sobre a expressão pública, visibilidade e articulação do Fundo Dema</p>
		<p>3. 10 grupos de mulheres acessam recursos do Fundo das Mulheres Rurais da Amazônia Paraense de forma autônoma e desenvolvem suas próprias experiências coletivas.</p>	<p>1. Preparação e articulação da criação do Fundo Autônomo das Mulheres Rurais da Amazônia Paraense;</p> <p>2. Lançamento e seleção de projetos do Fundo de Fortalecimento da Autonomia e Protagonismo das Mulheres.</p>

Efeitos diretos (positivos como negativos) não previstos do projeto

Positivos

- ✓ Cumprimento da legislação urbanística vigente, que determina entre outros critérios, a função social da propriedade, paralisando os processos de remoções que ameaçam a população das regiões afetadas pelos grandes empreendimentos da Copa e Olimpíadas;
- ✓ Maior questionamento, por parte das organizações associativas comunitárias e sindicais, representativas da Agricultura Familiar, da postura governamental federal de redução drástica das ações de Reforma Agrária (desapropriação de latifúndios);
- ✓ Fortalecimento do INCRA e consequente regulamentação da titulação coletiva dos territórios de comunidades remanescentes de quilombolas no Sapê do Norte.

Negativos

- ✓ Forte intervenção empresas pela procura dos produtos da sociobdiversidade que interfira nas ações voltadas a segurança alimentar das famílias envolvidas no projeto;
- ✓ Aumento do número de demandas de movimentos sociais, governos e organizações em geral, para que a FASE assuma compromissos e ações que não estão previstos no Plano Trienal.

Métodos e ferramentas para medir o efeito do projeto

O Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) da FASE, é composto por três instrumentos:

- ✓ POA – Plano Operacional Anual: elaborado no mês de dezembro, o POA tem a finalidade de estabelecer a integração entre as estratégias estabelecidas no Plano Trienal e a atualização da análise de conjuntura de cada ano, planejando os resultados e as atividades principais que serão desenvolvidas pela FASE. O POA tem três momentos básicos: de análise, da descrição das ações mais relevantes e o de orçamento das atividades.
- ✓ RAC – Relatório de Acompanhamento: elaborado em julho de cada ano, serve de base para o monitoramento dos trabalhos em execução, centrado na análise do andamento das atividades e na determinação dos eventuais desvios, de forma a fortalecer a capacidade gerencial das equipes. A reflexão sobre o andamento das ações ocorre no âmbito de cada unidade. O RAC informa a situação de cada ação, se esta foi: *realizada, adiada, excluída ou substituída*, bem como os motivos dos eventuais desvios.
- ✓ RAV – Relatório de Avaliação: elaborado em dezembro, realimenta o ciclo de planejamento e verifica se os objetivos da FASE foram atingidos e os resultados alcançados, bem como a eficácia das estratégias adotadas. Auxilia nas decisões de reforçar, manter ou alterar objetivos, estratégias e atividades que constarão no POA.

O sistema de PMA prevê ainda visitas da direção nacional e assessorias aos programas regionais, intercâmbios com outras equipes da FASE e parceiros que atuam com temáticas e problemáticas semelhantes.

A Instituição passa por avaliações externas segundo as demandas e financiamento das agências de cooperação. A mais recente foi realizada no primeiro semestre de 2013. Ao fim de cada triênio é realizado um balanço sobre os principais impactos decorrentes das ações implementadas.

Medidas para assegurar a sustentabilidade dos efeitos diretos e intencionais do projeto, após o seu término

A FASE estrutura suas ações articulando e construindo parcerias em diferentes campos da cooperação nacional e internacional que têm alicerçado a sustentabilidade de seus compromissos e parcerias, a curto e médio prazo.

Diante da retração de financiamento por parte dos cooperantes internacionais, nos últimos anos, a FASE tem buscado variadas formas de mobilização de recursos, entendendo que não só os recursos financeiros, mas também os materiais e humanos são fundamentais para a obtenção dos objetivos propostos pela instituição. A Fase continua investindo em cursos internos e externos de formação e capacitação técnico-administrativa para ampliar sua experiência no acesso a recursos oriundos de fundos públicos nacionais e consolidar meios seguros de formulação, gestão e prestação de contas dos recursos acessados. Recursos esses que se configuraram no presente triênio em um elemento importante para sustentabilidade da FASE.

A Fase também pretende iniciar um estudo sobre a captação de recursos junto a indivíduos como forma de ampliar suas estratégias de mobilização de recursos.

Além da sustentabilidade institucional, em sua atuação a FASE visa assegurar meios para a continuidade dos efeitos diretos e intencionais desse projeto. Para tanto, as atividades de formação e capacitação possibilitarão que os beneficiários acessem mais programas governamentais de fomento, créditos individuais e programas de investimentos produtivos coletivos de natureza não reembolsável, ampliando suas possibilidades de comercialização, (mercados locais e institucionais), o que possibilitará também a continuidade de apoio financeiro às atividades e processos iniciados a partir do presente projeto. Além da baixa dependência de insumos externos, em função do emprego de recursos renováveis e localmente disponíveis e de amplo acesso nas comunidades. Da mesma forma, um maior número de lideranças capacitadas exercerá, de forma mais qualificada, o controle social das políticas públicas nos espaços de gestão colegiadas já existentes.

Também os sujeitos coletivos, mais fortalecidos poderão agregar novas instituições nas lutas por direitos. E, a partir da articulação e diálogo entre o plano local, regional, nacional e internacional, dar visibilidade as suas demandas nos espaços públicos e na esfera jurídica, chamando a atenção e tendo o apoio da sociedade civil.

6. Atividades

Causa 1: Direito a Cidade com Justiça Socioambiental

A **dimensão nacional** da atuação da FASE estará voltada centralmente para a *renovação da agenda dos sujeitos políticos do campo da reforma urbana com a incorporação a essa agenda das novas contradições e conflitos da vida urbana e da dimensão da justiça ambiental*. Essa atuação pressupõe um conjunto de atividades de produção de conhecimentos e subsídios, e coordenará a intervenção do conjunto da FASE em processos de denúncias e resistências de populações e grupos sociais em situação de injustiça socioambiental e de violação de direitos. A ação da FASE a nível nacional compreenderá ainda a participação em conselhos de políticas públicas, fóruns e redes nacionais visando à incidência na formulação e implementação de políticas públicas urbanas.

Atividades:

- 1) Participação nas Conferências e Conselhos das Cidades para contribuir na construção e implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 2) Acompanhamento e incidência no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR);

- 3) Participação no Conselho Nacional da Juventude. Contribuição na problematização e difusão da agenda prioritária do Conselho Nacional da Juventude, que seja do interesse dos jovens e organizações parceiras e do nosso campo;
- 4) Produção de subsídios e materiais pedagógicos que contribuam para inclusão na plataforma da reforma urbana de questões relacionadas às mudanças climáticas, justiça ambiental e sustentabilidade, e segurança alimentar;
- 5) Desenvolver atividades de formação e capacitação de lideranças de movimentos sociais utilizando, entre outras, a metodologia de construção de mapas de conflitos socioambientais;
- 6) Produzir e publicar estudos, com produção de audiovisuais, materiais de divulgação e formação, que relacionem cidade e extrativismo industrial e evidenciem a insustentabilidade ambiental da atual expansão das atividades de extrativismo industrial, a reorganização econômica cidades de mineração e impactos urbanos e socioambiental desta indústria nos territórios.

FASE Rio

A principal ação da Fase Rio é garantir que, frente aos efeitos dos grandes empreendimentos econômicos já citados, que causam uma acelerada expansão urbana e especulação imobiliária, populações de baixa renda tenham direito à moradia de qualidade, continue a residir onde sempre esteve, ou, no máximo, seja transferida para áreas próximas. Neste sentido, sua ação estratégica se dará nos seguintes eixos: (i) presença sistemática nos territórios urbanos com conflitos e violações de direitos, aprofundando processos e metodologias que identifiquem atores sociais e organizações mobilizados por causas identitárias e/ou situados em outra “gramática política”; (ii) contribuir para o fortalecimento dos sujeitos coletivos (fóruns, redes e arenas de participação etc.), fortalecendo as iniciativas coletivas por garantia de direitos e incidir na elaboração e monitoramento das políticas públicas.; (iii) intensificar parcerias com universidades para a troca e produção de conhecimento; (iv) aprofundar a crítica ao atual modelo de produção das cidades e os desafios colocados à metrópole fluminense, garantindo que as ações territoriais que abarquem os acúmulos da FASE (justiça ambiental, segurança alimentar, metodologias do SAAP).

Atividades:

- 1) Acompanhamento e assessoria a redes, fóruns e grupos em situações de violação de direitos, e em resistência nos territórios:
 - a. Fórum Comunitário do Porto/FCP - ações de mobilização e formação na área portuária do Rio de Janeiro, através de atividades que assegurem o fluxo de informações no interior do FCP; abastecimento do blog com informações e textos; organização de oficinas e outras atividades de formação; contribuição nos processos de mobilização para pressão sobre o poder público e ações que acionam o Ministério Público e o sistema judiciário, com a construção de insumos e produtos analíticos (documentos, textos, cartografias sociais etc) que sirvam para a luta por direitos;
 - b. Fórum de Juventude do Rio de Janeiro – ações de formação e controle social das políticas públicas para a juventude do Rio de Janeiro e no conselho Nacional de Juventude/CONJUVE, através da construção de estratégias para esse fim; contribuição na problematização e difusão da agenda prioritária do CONJUVE, que seja do interesse dos jovens e organizações parceiras e do nosso campo.
- 2) Formação popular:
 - a. Continuidade das atividades de formação dirigida aos jovens sobre “Direito à Cidade, Justiça Ambiental e Mudanças Climáticas”, desenvolvida durante o ano, com encontros de debate e formação regulares (mensalmente), culminando com uma atividade de exigibilidade de direitos. Ao

- mesmo tempo, promove meios para que os jovens que participam das atividades se integrem aos espaços de mobilização e articulação da juventude da região metropolitana;
- b. Constituição e implementação de um curso de formação, em parceria com universidade e grupos/organizações populares, dirigido a agentes sociais que vivem em áreas que sofrem a pressão dos projetos em curso (Morar Carioca, executado nas favelas do Rio de Janeiro; Porto Maravilha, executado na área portuária etc);
 - c. Participação no projeto inter-institucional (IBASE, IETS, MPU) que visa o Desenvolvimento Integrado e Sustentável no Território (DIST), na cidade de Queimados, onde há três empreendimentos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

FASE Pernambuco

No contexto de precarização nas condições de vida na Região Metropolitana do Recife, aumenta a necessidade de um conjunto articulado de estratégias, a saber: (i) intervir no debate e formulação de propostas para políticas públicas e nos seus planos estaduais e municipais de saneamento, habitação e resíduos sólidos); (ii) apoiar e assessorar movimentos, redes e fóruns de movimento populares ligados ao campo da reforma urbana e justiça ambiental; (iii) implementar ações relacionadas com as temáticas da justiça ambiental e sustentabilidade com famílias beneficiárias dos programas habitacionais e organizações organizações juvenis; (v) apoiar e fortalecer as, incentivando a realização de ações de exigibilidade de direitos.

Atividades

- 1) Participação nos processos de debate e construção de políticas públicas e nos espaços de controle social, tais como Conferências das Cidades e Conselho da Cidade (CONCIDADES PE) e Conferências de Meio Ambiente e Conselho de Meio Ambiente (COMAM/Recife);
- 2) Acompanhamento e assessoria a movimentos, fóruns e redes populares, em seus processos de planejamento e implementação de estratégias e ações que favoreçam o direito à cidade (Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU-PE), Fórum Regional Nordeste (FNERU) e movimentos populares de moradia e aos trabalhadores de matérias recicláveis);
- 3) Acompanhamento ao processo de formulação e implementação dos planos de habitação, saneamento e resíduos sólidos;
- 4) Participação no Fórum SUAPE Socioambiental, nas atividades de planejamento, implementação de estratégias e atividades que promovam a exigibilidade de direitos, denúncias de conflitos de ordem socioambientais decorrentes da indústria petroquímica e alternativas de desenvolvimento no território;
- 5) Produção de subsídios e materiais pedagógicos que contribuam para inclusão na plataforma da reforma urbana de questões relacionadas às mudanças climáticas, justiça ambiental e sustentabilidade, articulada a realização de atividades de formação com metodologias e conteúdos voltados ao fortalecimento da ação política especialmente de mulheres e jovens.

FASE Amazônia

Para responder ao quadro de transformações urbanas em curso na região é necessário articular estratégias de ação: (i) fomentar o diálogo e articulação entre movimentos sociais e redes de articulação de mulheres, quilombolas, juventude, catadores, vereadores(as), universidades, conselhos profissionais, movimentos pela moradia em torno de agenda comum de reflexão pelo direito à cidade e ao território; (ii) contribuir para que os movimentos sociais articulados em redes e fóruns desenvolvam ações de defesa de seus territórios e de exigibilidade de direitos em torno de políticas públicas que enfrentem as desigualdades de gênero, geracional,

étnico e racial; (iii) promover ações que contribuam para que os movimentos sociais incluam nas suas pautas ações pelo direito à regularização fundiária sustentável e a promoção da função social da propriedade urbana e periurbana; (iv) contribuir na produção de estudos, pesquisas sobre temas que contribuam para o debate e subsidie a formulação de proposições de políticas públicas pelo direito à cidade com justiça socioambiental; (vi) realizar ações de sensibilização, capacitação para lideranças, gestores públicos e parlamentares sobre o direito à cidade com justiça socioambiental.

Atividades:

- 1) Participar da organização encontros e atividades de formação de redes e fóruns atuantes da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, e em redes nacionais do campo da reforma urbana (FNRU) para a construção de uma agenda de ação comum sobre “Direito à Cidade e Justiça Socioambiental”;
- 2) Apoiar duas ações de mobilização e pressão pelo direito à cidade com justiça socioambiental nas regiões Metropolitana de Belém, Baixo Tocantins e Baixo Amazonas;
- 3) Participação nas Conferências e Conselhos das Cidades para contribuir na construção e implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 4) Realizar o programa de formação “Juventude, direito à cidade e justiça ambiental”;
- 5) Participar da Campanha de Revisão dos Planos Diretores com intuito de inclusão de propostas da Plataforma dos Municípios Periurbanos.
- 6) Produzir e publicar estudos, pesquisas e materiais sobre temas que contribuam para o debate e subsidie a formulação de proposições de políticas públicas pelo direito à cidade e justiça socioambiental.

FASE Espírito Santo

Na região metropolitana e nas periferias urbanas trabalharemos com grupos sociais em conflito com o modelo de desenvolvimento e seus atuais e futuros grandes projetos industriais, tais como os cicloativistas, passe livre e demais movimentos da mobilidade urbana, artistas, vizinhos de instalações de logísticas, recicladores, estudantes, pesquisadores e movimentos sociais e populares urbanos. A FASE Espírito Santo tem como ação estratégica desconstruir a opinião pública desenvolvimentista por meio da atuação Redes, Fóruns, Campanhas da sociedade civil e Conselhos;

Atividade

- 1) Organização e articulação do Fórum Antipetroleiro na Região Metropolitana de Vitória;
- 2) Promover ações de mobilização social, através de manifestações culturais (muralismo, grafite, aerografia, cineclube, teatro, música e literatura de protesto);
- 3) Apoiar movimentos de cicloativismo, promovendo discussões e intercambio com ciclistas, procurando identificar os diversos sentidos do uso da bicicleta na cidade;
- 4) Desenvolvimento de estudos e Cartografia Socioambiental, focando os seguintes temas: mobilidade urbana, conflitos e injustiças ambientais junto a recicladores, políticas de desenvolvimento e áreas de sacrificio na cidade, cidades do eucalipto e do petróleo e suas fronteiras.

Causa 2: Promoção da Soberania, da Segurança alimentar e nutricional e da Agroecologia

A **dimensão nacional** da atuação da FASE, em interação com as ações no plano regional, estará voltada centralmente para a continuidade dos processos de produção de diálogo e convergência dos atores sociais que se articulam em torno da pauta da soberania e segurança alimentar e nutricional, e sua relação com a promoção da agroecologia. Também buscaremos ampliar o diálogo sobre as condições de segurança

alimentar e nutricional no espaço urbano, a partir de um exemplo de ação regional da FASE na região metropolitana de Recife. Continuaremos tratando da institucionalidade de políticas de segurança alimentar e nutricional, atuando em conselhos e grupos consultivos, que envolvem sociedade e governo.

No **âmbito internacional**, manteremos a perspectiva de incidir sobre a política de cooperação e investimentos do governo brasileiro, com foco no continente africano, visando apoiar a resistência das organizações camponesas ao avanço internacional do agronegócio.

Atividades

- 1) Atuação em espaços institucionais de concertação e incidência: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na função de presidência; Comité de Assistência Técnica e Extensão Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); espaço institucional de consulta sobre a política externa brasileira; grupo consultivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar e participação em conferências nacionais;
- 2) Coordenação de articulações e fóruns: Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e co-organização de encontros nacionais;
- 3) Participação em grupos de trabalho da sociedade civil: Grupo de Trabalho sobre Normas Sanitárias para a Produção Familiar, Artesanal e Comunitária de Alimentos, para propor normativa sanitária específica para a produção familiar e artesanal, em diálogo com um grupo de trabalho da Agência de Vigilância Sanitária recentemente constituído;
- 4) Participação em campanhas: Frente pela Regulação da Publicidade de Alimentos, como representante do FBSSAN, juntamente com diferentes segmentos da sociedade (saúde e nutrição, direitos humanos, defesa do consumidor) para propor ações para o governo e participação na Campanha pela Vida e contra os agrotóxicos e transgênicos;
- 5) Representação do FBSSAN na Rede Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – REDSAN-CPLP.
- 6) Realização de estudos e intercâmbios sobre a agenda de cooperação internacional brasileira junto à REDSAN-CPLP, UNAC/Via Campesina e outras entidades, fóruns e articulações africanos que lutam pela terra.

FASE Amazônia

A FASE Amazônia defende que a sustentabilidade socioambiental dos territórios estão além da proteção dos recursos naturais, encontra-se na valorização e reconhecimento das práticas e formas de vida das populações tradicionais extrativistas, de agricultores e agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadores Para isto iremos persistir na consolidação de mecanismo e redes de comercialização justa e solidária, que visibilidade dos produtos da agrobiodiversidade como importantes para o consumo da sociedade com qualidade, agregando melhoria da renda aos produtores e produtoras envolvidos. Somando-se a este esfor-se irá investir no fortalecimento das instâncias de controle social e espaços de construção de alternativas baseadas na agroecologia, tendo em vista a garantia da segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento local e regional.

Atividades

- 1) Acompanhar os processos de comercialização em das duas cooperativas de Abaetetuba e Igarapé Miri, no Baixo Tocantins, através da assessoria ao seu planejamento estratégico. desenvolvimento de um Programa de capacitação voltado ao fortalecimento da gestão administrativa e financeira e realização de um encontro para construção das estratégias de comercialização;

- 2) Desenvolver programa de formação voltado a práticas de diversificação da produção e manejo sustentável dos recursos naturais no Baixo Tocantins e Santarém, que inclua intercâmbios entre as áreas de trabalho da FASE para troca de experiências agroecológicas;
- 3) Desenvolver em parceria com a Casa Familiar Rural de Belterra módulos de formação em agroecologia, incluindo a construção de hortas escolares de base agroecológica em 05 Comunidades de Belterra;
- 4) Trabalhar para que a Política Estadual de Manejo Comunitário seja consolidada nos 02 Territórios de atuação da FASE;
- 5) Elaborar planos de manejo comunitário madeireiro e não madeireiro nas áreas de atuação da FASE, procurando a inserção da produção extrativista ao PAA e PNAE;
- 6) Promover Seminários para debater alternativas com a FECAFES- Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar e economia Solidária do Baixo Tocantins na construção de alternativas e incidência para desburocratização do acesso as políticas públicas de apoio a agricultura familiar (DAPs);
- 7) Articular os grupos que trabalham com experiências agroecológicas de Abaetetuba e Igarapé Miri junto ao Fórum Regional de Economia Solidária e ao Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil);
- 8) Participar da ANA-Amazônia e da organização das Caravanas em preparação ao III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), assim como preparar as lideranças comunitárias do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas para participarem dos mesmos;
- 9) Participar no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santarém e contribuir com as ações dos conselhos municipais de alimentação escolar e dos colegiados dos territórios da cidadania do Baixo Tocantins e B. Amazonas para que as políticas de PAA e PNAE sejam ampliadas e incorporem a produção agroecológica.

FASE Mato Grosso

A FASE no Mato Grosso pretende continuar atuando tanto em conselhos, redes e fóruns a nível estadual, regional e nacional, quanto diretamente com agricultores/as familiares, em assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, especialmente nas regiões Sudoeste de Mato Grosso e Baixada Cuiabana. Nestas regiões, o intercâmbio de saberes entre as populações nativas e migrantes, a adoção de práticas de produção agroecológicas, o fortalecimento dos grupos produtivos de mulheres e o acesso crescente às políticas públicas, sobretudo ao mercado institucional, vem se constituindo em ações estratégicas concretas para a dinamização de circuitos locais de produção e consumo e fortalecimento da resistência camponesa ao avanço do agronegócio.. Assim, coloca-se para a FASE a necessidade de: (i) fortalecer e apoiar as experiências de construção de alternativas ao agronegócio, a partir da agroecologia e do agroextrativismo; (ii) apoiar a gestão econômica das organizações da agricultura familiar e sua inserção ao mercado institucional, com valorização dos frutos regionais e fortalecimento de redes regionais de produção e comercialização; (iii) investir na ação em rede para denunciar os impactos do atual modelo de produção de alimentos, buscando aperfeiçoar as estratégias de diálogo com a sociedade; (iv) incidir sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, especialmente a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/PNATER, o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Atividades

- 1) Acompanhamento técnico aos grupos e núcleos produtivos da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) e Associação Regional de Produtoras Extrativista do Pantanal (ARPEP) em oficinas, cursos, intercâmbio de experiências;
- 2) Apoio a organização dos grupos e núcleos produtivos para a produção e comercialização de alimentos, com políticas e programas, tanto a nível municipal, estadual e federal (PAA e PNAE);
- 3) Realização de seminários, reuniões, oficinas e intercâmbios envolvendo agricultores/as familiares e redes e fóruns urbanos (gestores e consumidores de mercado institucional, populações em situação de vulnerabilidade social e econômica) para promoção do consumo de alimentos agroecológicos e valorização da agricultura familiar;
- 4) Produção de materiais pedagógicos e sistematização de experiências em agroecologia;
- 5) Desenvolver ações para garantir o acesso e permanência na terra a partir da regularização fundiária e ambiental;
- 6) Ações de reformulação dos padrões tradicionais de assistência técnica, para o planejamento e a execução da produção, com formação de multiplicadores locais, voltada para a produção de alimentos sob um modelo agroecológico, movimentando mais a economia local, gerando mais postos de trabalho e distribuindo a renda de forma justa;
- 7) Participação no Conselho Estadual de Alimentação Escolar, no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e no Comitê Estadual em Educação no Campo;
- 8) Participação no Grupo de Intercambio em Agricultura Sustentável (GIAS) e no Núcleo de Agroecologia do Cerrado (NACE).

FASE Bahia

O trabalho da FASE Bahia persevera na perspectiva de fortalecer o sujeito político agricultura familiar, continuando esforços de promoção da inclusão social e econômica desta categoria. Para isto, vem contribuindo para a formação sócio técnica de famílias agricultoras. O trabalho se concentra no fortalecimento das entidades associativas e sindicais, para que qualifiquem o controle social das políticas públicas, e possam participar da disputa em torno das orientações e alternativas de desenvolvimento (assistência técnica e extensão rural; crédito; comercialização; desenvolvimento territorial; investimentos governamentais em infraestrutura produtiva comunitária). Isto vem sendo feito de maneira sincronizada com intervenções educativas diretas nas unidades produtivas familiares, que buscam a construção e socialização de conhecimentos agroecológicos que favoreçam maior segurança alimentar e nutricional das famílias, diversificando e ampliando a produção familiar. Com níveis mais elevados de conhecimento e de renda, essas famílias, aí incluídos rapazes e moças, não só permanecem identificados como agricultores, e estimulados a permanecer na atividade, como suas experiências assumem a condição de pólos demonstrativos capazes de irradiar técnicas produtivas acessíveis às demais famílias das 48 comunidades diretamente alcançadas. A sustentabilidade das famílias agricultoras depende não só da continuidade da assessoria técnica e adoção crescente de princípios agroecológicos, mas também de sua qualificação organizativa para acessarem políticas públicas de crédito (PRONAF Jovem; Mulher; Agroecologia; Agroindústria; Mais Alimentos) e de comercialização (PAA; PNAE), o que só é possível quando homens e mulheres agricultoras passam a atuar como sujeitos políticos promotores e defensores de seus direitos.

Atividades

- 1) Assessoria técnica regular e direta, a 1.440 famílias agricultoras e a 130 jovens, de 48 comunidades, localizadas em 11 municípios dos Territórios do Baixo Sul (Ibirapitanga, Teolândia, Presidente Tancredo

Neves e Valença) e do Vale do Jiquiriçá (São Miguel das Matas, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia e Brejões), baseadas nos princípios metodológicos da Educação Popular e da Agroecologia;

- 2) Preparação, elaboração de material didático e de roteiros metodológicos;
- 3) Realização de eventos de formação presenciais, reunindo grupos de 20 a 30 representantes de famílias e/ou jovens agricultores assessorados pela FASE, para aprofundamento e construção de novos conhecimentos em agroecologia, políticas públicas de interesse da Agricultura Familiar, comercialização e agroindustrialização;
- 4) Acompanhamento educativo às organizações comunitárias e grupos de agricultores familiares que disputam acesso a políticas públicas e programas governamentais (PNAE, PAA, editais para investimentos não reembolsáveis);
- 5) Participação na Articulação em Agroecologia da Bahia (AABA), para compartilhar processos e experiências no campo agroecológico, intercâmbios entre agricultores experimentadores, processo de construção da participação da Bahia no III ENA, planejar estrategicamente a atuação no âmbito estadual, visando fortalecer e irradiar conteúdos e resultados produzidos a partir dos territórios;
- 6) Participação nos Colegiados Territoriais do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, incidindo na formulação de alternativas e na disputa em torno de políticas públicas e programas governamentais de interesse da população regional.
- 7) Participação no Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF), apoiando ações coletivas em defesa da Agricultura Familiar, e reforçando a esfera da sociedade civil nas disputas sobre políticas públicas e alternativas de desenvolvimento.

FASE Espírito Santo

A FASE ES tem como estratégia a “resistência produtiva”, que soma novos elementos ao debate territorial - a agroecologia, a soberania alimentar, a mata atlântica, a recuperação de córregos e lagoas, o resgate de sementes e espécies regionais, o papel das mulheres e dos mais idosos - e busca pensar, desde a resistência, a própria transição para além do monocultivo de eucalipto. Traz para o cenário o ator “quilombola agricultor”, diante do quadro injusto do eucalipto ou de subordinação do carvão. A agricultura quilombola já tem contribuído com a soberania alimentar, mas pode ganhar maior sustentabilidade, na disputa por políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e no fortalecimento de estratégias autônomas de comercialização nas feiras públicas locais. O trabalho de articulação em rede também é uma estratégia fundamental para a disputa do modelo agrícola e agrário, juntando forças com a Via Campesina, quilombolas, com organizações do campo agroecológico, além de redes como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Latino Americana contra Monocultivos de Árvores (RECOMA).

Atividades

- 1) Realização de intercâmbios entre os fundos rotativos, visitas a experiências fora do Sapê do Norte, oficinas de práticas agroecológicas, para consolidação dos dois Fundos Rotativos Solidários da Agroecologia Quilombola e implantação de um novo, para reconversão da mata atlântica, sementes crioulas, produção e comercialização de alimentos no Sapê do Norte;
- 2) Assessoras famílias quilombolas no acesso ao PAA e PNAE;
- 3) Participação no CONSEA-ES e no FOSAN-ES e articulação com o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH), tendo em vista o Direito Humano à Alimentação;

- 4) Realização de pesquisa de avaliação e monitoramento das políticas públicas relacionadas à alimentação quilombola e pesca artesanal (PNAE, PAA, FUNASA – água quilombola), sobre as sementes crioulas nas comunidades quilombolas, em parceria com CONSEA ES²⁴.

Causa 3: Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais

As atividades nacionais e internacionais deste componente estarão voltadas para dar visibilidade a situações de injustiça ambiental, para a apropriação pelos movimentos sociais das noções de “Bens Comuns” e “Justiça ambiental” (como instrumento político para a defesa dos direitos territoriais e crítica à expansão do modelo de desenvolvimento), e para a incidência sobre programas e políticas públicas.

Atividades:

- 1) Participação na Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), inclusive nos GTs Energia e Mineração e Siderurgia; no Comitê em defesa dos territórios frente à mineração; e na Articulação dos Atingidos pela Vale;
- 2) Produzir estudos e análises sobre o impacto da expansão da mineração sobre direitos territoriais e sobre a garantia de segurança alimentar e nutricional em áreas de atuação da FASE;
- 3) Desenvolver mapeamento sobre experiências internacionais de definição de **áreas livres de atividades extrativas minerais (petróleo e mineração)**, com vistas a subsidiar a Campanha por Áreas Livres de Petróleo (FASE e parceiros) e a ação do Comitê em defesa dos territórios frente a mineração e os GTs da RBJA cuja agenda se relaciona ao tema;
- 4) Incidir nas negociações internacionais e sobre processos de elaboração ou alteração de marcos regulatórios relacionados a mudança climática (economia verde) e mineração;
- 5) Participação e aprofundamento do debate sobre Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) no Grupo Carta de Belém e no Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, e inclusão deste debate junto a ANA;
- 6) Aprofundamento da metodologia de **Avaliação de Equidade ambiental (AEA)** e sua apropriação pelos movimentos sociais;
- 7) Criar uma linha editorial, em parceria com Mazza Edições e UFRJ, denominada de EXISTIMOS, em três volumes, em linguagem predominantemente literária e jornalística, contando histórias (contos e crônicas) de povos e comunidades tradicionais: quilombolas, povos do mar e pescadores, povos da floresta, agricultores, agroextrativistas, etc., com os quais a FASE atua;
- 8) Desenvolvimento de intercâmbio de experiências entre a unidade nacional de assessoria e as equipes da FASE Mato Grosso e Espírito Santo sobre a problemática dos monocultivos.

FASE Mato Grosso

Considerando o contexto apresentado e as ações já em curso, em Mato Grosso a ação estratégica relativa a esta causa dará prioridade a ação em rede para denunciar os impactos do atual modelo de produção de alimentos para o meio ambiente, economia e saúde da população, buscando aperfeiçoar as estratégias de diálogo com a sociedade.

Atividades

- 1) Participação na coordenação estadual da Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida;
- 2) Participação no Fórum Mato Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento/FORMAD;

²⁴ Compõem o quadro de parceiros no âmbito do Consea ES: FOSAN-ES, GESAN-ES (Grupo de Pesquisa que reúne UFES, EMESCAN e UVV), Comissão Quilombola e outros.

- 3) Intervir educativamente no processo de fortalecimento das comunidades atingidas pelo avanço da mineração nos assentamentos da região da Grande Caceres, promovendo eventos de formação para esclarecimentos e troca de informações sobre a atuação de empresas mineradoras na região, e construção de agenda para monitorar impactos.

FASE Espírito Santo

No Espírito Santo a estratégia de intervenção regional se soma às lutas nacionais e internacionais de grupos sociais diretamente afetados pelo petróleo, pela monoculturas de árvores e pelo mercado de carbono (MDL e REDD). Lutas de resistência e de construção de alternativas de transição para além do atual modelo de desenvolvimento. Lutas de defesa e construção dos territórios de utopia. Para tal, pretende-se contribuir para a construção de um campo crítico mais sólido na sociedade brasileira e na América Latina, a partir dos seguintes eixos: (i) fortalecimento e promoção das resistências locais de povos tradicionais e movimentos sociais frente às cadeias produtivas da celulose e do petróleo; (ii) proposição de alternativas de transição para além do atual modelo de desenvolvimento com foco na *Justiça Socio-Ambiental e Segurança Alimentar no Campo e na Cidade*, buscando construir políticas socioambientais de defesa dos bens comuns.

Atividades

- 1) Assessorar a Comissão Estadual Quilombola e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte nas suas mobilizações sociais (Grito Quilombola, Semana da Consciência Negra, Festival do Beiju), reivindicações por regularização fundiária e audiências públicas;
- 2) Participação na Coordenação Estadual da Campanha Permanente pela Vida e contra os Agrotóxicos, tendo em vista a realização de abaixo-assinado, atividades de campanha em feiras livre da área urbana e exposições do Ensaio Fotocrítico com Carbon Trade Watch (CTW);
- 3) Produção de um Ensaio e um Filme sobre agrotóxicos, eucalipto e petróleo, a partir do caso da fábrica de fertilizante em Palhal, no município de Linhares, mostrando a conexão entre o petróleo e o eucalipto;
- 4) contribuir com a identificando e mapeando conflitos sociais e ambientais apoiar a organização e disputa por direitos, visibilizar os impactos e construir coletivamente uma análise mais profunda sobre as ameaças e riscos do pré-sal.
- 5) Participação na Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), na Rede OILWATCH, na Rede Latino Americana contra Monocultivos de Árvores (RECOMA) e do Movimento Mundial de Bosques (WRM), através de intercambio Sul Sul latino-americano, debates, seminários, publicações e campanhas promovidos por estas redes.

FASE Bahia

A ação estratégica está baseada na articulação entre o trabalho de formação sócio-técnico de famílias agricultoras, o monitoramento dos impactos da atuação das empresas mineradoras na região e a dimensão da luta por Bens Comuns, Justiça Ambiental e Direitos Territoriais.

Atividades

- 1) Intervir educativamente no processo de fortalecimento das comunidades atingidas pelo avanço da mineração no Baixo Sul e no Vale do Jiquiriçá, promovendo eventos de formação para esclarecimentos e troca de informações sobre a atuação de empresas mineradoras na região, e construção de agenda para monitorar impactos.

FASE Amazônia

Os trabalhos realizados de levantamento e sistematização das informações fundiárias apontam para uma realidade de profunda violação dos direitos, descaso de políticas públicas para o destravamento dos graves problemas de regularização fundiária e de políticas agrárias. Nesse sentido, a estratégia está centrada na consolidação das noções de luta por Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais como horizonte estratégico do programa.

Atividades

- 1) Promover ações centradas na questão energética que deem densidade ao GT Água, Terra e Meio Ambiente do FAOR;
- 2) Apoio solidário ao Movimento Xingu Vivo e à Articulação dos 4 rios;
- 3) Participação na coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Multilaterais, apurando a responsabilidade dos agentes financeiros dos grandes projetos;
- 4) Produção de subsídios relacionados à crise energética desenvolvendo a consciência crítica com relação a energia limpa, economia verde, mudanças climáticas;
- 5) Produção e execução de um Programa de Formação Permanente desenvolvendo módulos temáticos relativos à Justiça Ambiental, Mudanças Climáticas e Bens Comuns;
- 6) Promoção de um Seminário Regional de aprofundamento da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, a partir da compreensão do significado de Bens Comuns na disputa por territórios em andamento na Amazônia, com a produção e lançamento de um número especial da Revista Proposta a nível nacional e internacional, das reflexões desenvolvidas neste Seminário, somando-se a reflexões produzidas nos encontros de Cochabamba¹.

Causa 4: Organização das mulheres como sujeitos de direitos (em revisão)

A atuação da FASE junto às mulheres irá articular ações no âmbito local, nacional e internacional. Na área urbana no âmbito nacional, como a participação no GT Mulheres do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). Com trabalhadoras rurais continuará privilegiando, no plano nacional, a articulação através do grupo de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que a própria FASE contribuiu para criar e contribui na sua dinamização. Neste trienal, também incorporamos em nossa estratégia o diálogo internacional com uma organização africana, quando da realização da Conferência de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Atividades:

- 1) Participação na coordenação das ações do Projeto *Mulheres e agroecologia em rede do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)*, juntamente com a ONG CTA-ZM, para a realização de ações de formação de agentes multiplicadoras sobre práticas agroecológicas e gestão de empreendimentos econômicos; intercâmbios de experiências; mapeamento e sistematização de experiências; seminário nacionais sobre os temas Soberania e Segurança Alimentar; assistência técnica e Financiamento da Produção Agroecológica; Acesso aos Mercados Institucionais. Estas atividades serão realizadas em interação com organizações de mulheres do campo agroecológico em várias regiões;
- 2) Articulação com a organização Mulheres, Gênero e Desenvolvimento (MuGeDe) de Moçambique, com a Secretaria de Mulheres da CONTAG e com Redes de SAN dos países de Língua Portuguesa (REDSAN CPLP) para a formação de um Fórum das Mulheres Rurais, no âmbito da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta iniciativa tem também o apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Consea.

- 3) Promoção do intercâmbio entre o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA com o Grupo de Trabalho Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional do CONSEA;
- 4) Participação no GT Mulheres do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

FASE Pernambuco

A FASE-PE buscará empreender lutas para ampliar as políticas públicas que favoreçam a inclusão social das mulheres, inclusive aquelas voltadas para a geração de emprego e renda, combinando atividades de formação com capacitação na área de gestão social de negócios.

Atividades

- 1) Capacitar mulheres pescadoras da RMR, zona da mata, agreste e sertão de PE nas temáticas políticas públicas, gênero, raça e gestão social, no âmbito do Projeto “Chapéu de Palha Mulheres da Pesca Artesanal”, em parceria com a Secretaria da Mulher de PE;
- 2) Acompanhamento à Rede de Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata (REDHUMA) em seus processos de planejamento e implementação de estratégias e atividades;
- 3) Realização de atividades de formação com metodologias e conteúdos voltados ao fortalecimento da ação política de mulheres e jovens.

FASE Mato Grosso

No Mato-Grosso, a FASE pretende continuar priorizando ações que contemplem a importância do papel da mulher, em especial as agroextrativistas, como guardiãs da agrobiodiversidade e nos sistemas de produção, visibilizando seu protagonismo e fortalecendo os grupos produtivos de mulheres.

Atividade

- 1) Formação sobre organização social e econômica com 35 mulheres extrativistas no âmbito da ARPEP (em três municípios: Cáceres, Mirassol D'Oeste e Curvelândia);
- 2) Participar e apoiar o REMERA-MT.

FASE Bahia

Na Bahia, a FASE pretende acompanhar grupos de mulheres, na perspectiva de constituição de uma rede de mulheres organizadas na luta por direitos e inclusão social e econômica, no Baixo Sul e no Vale do Jiquiriçá, desenvolvendo experiências de produção e comercialização.

Atividade

- 1) Acompanhamento educativo dos 11 Grupos de Mulheres apoiados pelo edital “Mulheres e Direitos” – SAAP/FAE.

FASE Espírito Santo

No Espírito Santo se buscará visibilizar os impactos diferenciados e específicos sobre as mulheres das cadeias produtivas da celulose e do petróleo, assim como fortalecer sua organização política e conquista de autonomia econômica.

Atividades

- 1) Realizar reuniões e oficinas com os grupos comunitários de mulheres agricultoras quilombolas e marisqueiras tanto sobre organização e participação política, quanto sobre produção e comercialização;
- 2) Prouzir estudos de casos de mulheres afetadas pelos complexos industriais no Espírito Santo.

FASE Amazônia

Principais diretrizes da ação da FASE para atuação nessa causa: (i) autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; (ii) busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; promoção e fortalecimento da autonomia econômica; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; acesso à políticas públicas, serviços e benefícios ofertados pelo Estado com fortalecimento do controle social.

Atividades

- 1) Realizar ações de fortalecimento e capacitação de Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher de Belterra;
- 2) Participar e animar o comitê executivo da RMERA, que será o ponto focal na Amazônia do Programa de Formação do Projeto Mulheres e Agroecologia em rede, do GT Mulheres da ANA;
- 3) Realizar Programa de Formação em Genero, Políticas Públicas e Protagonismo Feminista, focando a organização política, participação, autonomia, organização produtiva e incidência em políticas publicas;
- 4) Realização visitas técnicas e oficinas de qualificação da produção agroecológica voltada para a segurança alimentar e comercialização para mulheres associadas em Cooperativas e Associações, em especial em torno do maior acesso às políticas públicas como o PAA e o PNAE;
- 5) Apoiar a participação de representantes Cooperativas e Associações das áreas de atuação da FASE em feiras e eventos da economia popular e solidária;
- 6) Elaborar material impresso focando conteúdos abordados na formação e ao mesmo tempo de divulgação do trabalho produzido pelas mulheres de Cooperativas e Associações das áreas de atuação da FASE (Jornal Aldeia);
- 7) Produção de 01 vídeo processo para postar nas redes sociais, sites e blogs relacionados a organização de mulheres divulgando trabalho produzido pelas mulheres nas Cooperativa e Associações das áreas de atuação da FASE.

Fundos de Pequenos Projetos

Setor de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP)

O conjunto de iniciativas de apoio que surgem nos últimos anos no Brasil, sejam elas governamentais ou empresariais, apesar de se diferenciarem em seus pressupostos, ampliam os canais de apoio e colocam o SAAP em um campo distinto como fundo. Já reconhecido pela prioridade que dá aos grupos de mulheres e jovens, o SAAP se distinguirá também pelo perfil mais específico dos grupos, optando por aqueles cujo acesso aos meios de comunicação e as políticas de fomento e crédito são mais restritos. Sua atuação através de distintas metodologias, busca não só garantir recursos financeiros como também ampliar o acesso a novas informações e meios de comunicação; a organização interna e a construção de relações de força e de novas alianças.

Atividades

- 1) Manter a média de 50 iniciativas beneficiadas anualmente, a partir das 3 linhas de apoio distintas: FPP- Fundo de Pequenos Projetos (atendimento a livre demanda); FAE – Fundo de Apoio Estratégico (Intervenção por território na luta por direitos) e FFS - Fomento a construção de fundos Rotativos solidários para o fortalecimento das iniciativas econômicas;

- 2) Manter disponibilidade para atendimento a grupos e lideranças para assessorias pontuais no escritório, por correspondências e em visitas preparadas, com maior concentração em Pernambuco e no Rio de Janeiro onde estamos fisicamente presentes;
- 3) Formações visando o fortalecimento institucional de pequenos grupos/associações/organizações;
- 4) Acompanhamento sistemático dos grupos que integram ao FAE (Fundo de apoio estratégico);
- 5) Programa de formação para criação de fundos solidários (política de finanças solidárias);
- 6) Organização de material de divulgação de iniciativas exitosas de mulheres e jovens para divulgação nas mídias sociais;
- 7) Intermediação de material educativo pela FASE e/ou outras ONGs que sirvam como subsídio para os grupos apoiados;
- 8) Participação no grupo Brasil/Canadá de fortalecimento de iniciativas de produção de jovens;
- 9) Acompanhamento e participação nas atividades da Rede Nacional de finanças solidárias, da Rede latino Americana de Fundos de Apoio a Pequenos Projetos, da Rede de Fundos Autônomos;
- 10) Acompanhamento de fundos públicos voltados para as iniciativas populares, com prioridade as relacionadas as mulheres e jovens;
- 11) Mobilização de recursos de indivíduos para apoio aos projetos do fundo.

Fundo Dema

Surgido em 2004, como um resultado das ações reivindicatórias dos movimentos sociais no Oeste do Pará na floresta Amazônica Brasileira, o Fundo deve o seu nome a homenagem ao Alfredo Federicci, carinhosamente conhecido como "Dema", liderança local, assassinada na sua casa decorrente da sua luta pela defesa e conquista dos direitos humanos na região. O Fundo a partir da sua origem de recuperação da madeira ilegalmente derrubada na floresta, consolidou o sua missão como instrumento de luta pela justiça socioambiental e climática. A partir da solicitação dos movimentos sociais, a FASE-Amazônia é responsável pela sua representação jurídica e é parceira na sua gestão.

Hoje se desdobra em mais dois fundos específicos (Quilombolas do Pará e Indígenas de Xingu) e além do capital fiduciário conta com o apoio da Fundação Ford e da Parceria com Fundo Amazônia/BNDES promovendo Editais e Chamadas Públicas para projetos socioambientais a serem elaborados e executados pelas comunidades dos povos da floresta da região. No Trienal estimulará a criação do Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia.

Atividades

- 1) Lançamento de Chamada Pública do Fundo quilombola, do Fundo Dema Geral e do Fundo Indígena do Xingu;
- 2) Realização de 03 reuniões do Comitê gestor de deliberação dos projetos;
- 3) Realização de 05 oficinas de lançamento e elaboração de projetos (quilombolas, indígenas e geral), nas 3 Regiões de atuação do Fundo: Baixo Amazonas, BR 163 e Transamazônica;
- 4) Realização de 07 oficinas gestão e monitoramento de projeto, nas 3 Regiões de atuação do Fundo Dema (Baixo Amazonas, BR 163 e Transamazônica).

- 5) Lançamento de 01 Edital do Fundo Fiduciário do Fundo Dema;
- 6) Realização de 03 Oficinas de planejamento do Comitê Gestor do Fundo Dema;
- 7) Realização de Seminário sobre a expressão pública, visibilidade e articulação do Fundo Dema;
- 8) Lançamento e seleção de projetos do Fundo de Fortalecimento da Autonomia e Protagonismo das Mulheres.

7. Plano de Financiamento

Anexo I

8. Avaliação de riscos

Riscos	Mitigação
<p>Há um conjunto de riscos que decorrem da insegurança jurídica e da inadequação do marco legal que regula o acesso a recursos públicos pelas ONGs de Educação Popular e defesa de direitos. A intensidade desses riscos pode variar, desde um leve comprometimento da manutenção, na escala necessária, do mix de financiamento da FASE, até situações de maior gravidade, como seria o caso de uma mudança na legislação do certificado de entidade de assistência social (CEBAS) que compromettesse a imunidade tributária da FASE.</p>	<p>Esse risco já está sendo enfrentado preventivamente pela FASE, em parceria com outras organizações da sociedade civil, através de sua atuação na Plataforma das Organizações da Sociedade Civil por um novo Marco Regulatório. No tocante ao CEBAS, haveria a possibilidade de interpor recursos judiciais.</p>
<p>Existe o risco, apontado pela avaliação, de que a eficiência da intervenção da FASE seja afetada pela continuidade da situação de desgaste do pessoal decorrente da sobrecarga de trabalho inerente ao manejo da combinação de fontes de financiamento da cooperação internacional com os fundos nacionais, majoritariamente públicos.</p>	<p>Este risco só poderá ser mitigado através da ampliação a médio prazo da captação de recursos institucionais.</p>
<p>Há um risco decorrente da possível alteração do quadro político nacional e dos estados nas eleições de 2014, mudando a orientação de políticas, planos e programas. Essa eventual mudança poderá afetar a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como desestabilizar as políticas e programas voltados para o fortalecimento e promoção da agroecologia e soberania alimentar nutricional.</p>	<p>A prevenção deste risco se faz, de forma permanente, através das ações que visam o fortalecimento e autonomia da sociedade civil, desta forma, garantindo que as organizações do movimento social, suas redes e fóruns continuem a incidir nos processos de discussão e formulação das políticas públicas.</p>
<p>Risco de ampliação da violência no território onde atuamos (incursão policial, ação de milicianos, conflito armado entre grupos que comercializam drogas ilícitas)</p>	<p>Caso esse risco se efetive, uma das alternativas é acionar uma rede de atores sociais, que contribuam para pautar as questões na esfera pública.</p>

9. Recomendações

A tradição de parceria da FASE com as Igrejas cristãs no Brasil, cujo apoio teve uma importância decisiva nas primeiras décadas da história desta instituição, tem-se renovado ao longo do tempo. A parceria com as Igrejas Evangélicas e organizações ecumênicas nos processos de diálogo (Brasil-Alemanha, PAD), o apoio da CNBB ao trabalho da FASE são expressões maiores dessa colaboração. Na atual conjuntura de insegurança jurídica que afeta as organizações da sociedade civil, a FASE está atuando em aliança com as Igrejas (CLAI, Cáritas Brasileira) na Plataforma das Organizações da Sociedade Civil por um novo Marco Regulatório.

Essas alianças e parcerias se desdobram cotidianamente nos territórios de atuação da FASE, como exemplificaremos a seguir:

Na FASE Espírito Santo compartilhamos muitas estratégias e atividades em parceria com colegas das Igrejas, notadamente a Católica e a Luterana. No Norte do Espírito Santo, a retomada das terras indígenas guarani e tupinikim, a disputa territorial quilombola, a Reforma Agrária e agricultura camponesa têm tido o constante apoio de ativistas e pastores luteranos, congregados no sínodo Vitória-Belém, com destaque para o pastor Emil Schubert, por sua constante denúncia das violações de direitos indígenas, quilombolas, sem terras, camponeses, pela Aracruz Celulose, atual Fibria Celulose.

Também com a Igreja Católica capixaba temos históricos vínculos de parceria, seja com as Dioceses de São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim, seja com as Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais. Ministrando palestras durante conferências e seminários das CEBs, contribuindo com trabalhos de identificação e mapeamento de processos comunitários, participando dos Fóruns Regionais e Nacionais de Mudanças Climáticas e Justiça Social, compartilhando estratégias de mobilização com pastorais da pesca, da terra, da juventude.

Na área de atuação do Programa Amazônia, na situação de conflito aberto em volta dos grandes projetos hidroelétricos, no Xingu e Tapajós, contamos com o apoio solidário e o aprofundamento da análise crítica e o fortalecimento dos grupos minoritários com alguns segmentos da Igreja Católica como CIMI, CPT, Pastoral Indigenista da Prelazia do Xingu, Movimento Ecumênico e Inter-religioso (Igrejas Luterana, Anglicana, UNIPOP, CESE).

ANEXOS

Anexo I - Orçamento

Anexo II - Linha de Base

Anexo III - Descrição dos grupos alvo

Anexo IV - Organograma Institucional da FASE no Plano Institucional 2014-2016

Anexo V - Relações Institucionais

Anexo VI – Comunicação

Anexo VII – Plano de Implementação da Avaliação Institucional 2011-2013
